

Revita
Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Revita Engenharia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Revita Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresentam no ativo circulante contas a receber de clientes nos montantes de R\$ 100.089 mil e R\$ 317.637 mil, respectivamente (R\$ 121.270 mil e R\$ 331.019 mil, respectivamente em 2017), dos quais R\$ 19.792 mil (R\$ 37.538 mil em 2017) referem-se a clientes públicos que se encontram vencidos há longa data. Em relação aos valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os ativos circulantes, individual e consolidado, estavam apresentados a maior em R\$ 37.538 mil, respectivamente e o prejuízo do exercício, individual e consolidado, a menor em R\$ 5.709 mil, respectivamente, líquidos

dos efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício anterior conteve modificação. Nossa opinião do exercício corrente, inclui modificação em decorrência dos efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e correspondentes. Adicionalmente, para fins das demonstrações do exercício corrente, a Companhia não elaborou a análise de realização individualizada desses saldos para fins de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme requerimento introduzido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Se a Companhia tivesse efetuado as referidas análises, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desses assuntos não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Operação Gramacho originada na controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e sua controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda., respectivamente, foram denunciadas pelo Ministério Público do Estado do Pará na Operação denominada Gramacho, onde se investiga o suposto crime ambiental ocorrido em janeiro de 2017 na Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos – CPTR Marituba (Aterro). Os assessores jurídicos da Companhia e de sua controlada entendem, também com base em laudos de especialistas em meio ambiente e saúde contratados, que tais denúncias carecem de sustentação probatória, portanto, não foi constituída provisão contábil para fazer face a esse assunto. Eventuais desdobramentos futuros desfavoráveis à Companhia e a sua controlada poderão afetar adversamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a controlada Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. ("Inova") tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza pública para o agrupamento noroeste do município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e desde então foram assinados contratos emergenciais junto à Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 10 de dezembro de 2018 foi assinado o último contrato emergencial com vigência a partir de 11 de dezembro de 2018 e prazo de 180 dias, encerrando-se, portanto, em 09 de junho de 2019. Atualmente, não há planos de a Administração manter as operações da Inova em um futuro previsível, após o encerramento desse último contrato emergencial em vigor, mantendo a Inova em estado inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos. As demonstrações financeiras da Inova foram elaboradas levando em consideração esse pressuposto e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. no que diz respeito a essa controlada devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.



Atividades operacionais da controlada SBC Valorização de Resíduos Ltda.

Chamamos a atenção à Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a controlada SBC Valorização de Resíduos Ltda. (SBC) tem como objeto social o manejo e gestão dos resíduos sólidos do município de São Bernardo do Campo - SP. O contrato de prestação de serviços original foi rescindido amigavelmente e de forma antecipada, mediante ao Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual datado de 05 de julho de 2017, nesse mesmo Instrumento ficou acordado que a controlada prestaria o serviço por até 180 dias. Em 26 de dezembro de 2017 foi prorrogado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual para mais 180 dias a contar de 01 de janeiro de 2018. Desde o final desse prazo, ocorrido em 30 de junho de 2018, a SBC encontra-se inativa e os seus gastos e despesas ordinárias estão sendo honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da SBC em um futuro previsível. As demonstrações financeiras da SBC foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Revita Engenharia S.A. no que diz respeito a esse investimento devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável (“impairment”) do Imobilizado e Intangível (incluindo o Ágio)

Veja as notas explicativas **6.h, 6.i, 14 e 15** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresentam saldos de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (<i>Goodwill</i>) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia e suas controladas. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), a Companhia e suas controladas avaliam a existência de necessidade de redução ao valor recuperável levando-se em consideração os fluxos de caixa descontados das UGCs, elaborados por especialista contratado pela Companhia e suas controladas, que consideram julgamentos significativos e uso de premissas de mercado e de negócios, que incluem (i) crescimento da receita, (ii) margens operacionais e	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de análise do valor recuperável do ágio. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, incluindo a taxa de desconto adotada, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores, bem como avaliamos a análise de sensibilidade das premissas mais significativas, efetuada pela Companhia e suas controladas, com o intuito de

<p>(iii) taxas de desconto aplicadas aos fluxos de caixa futuros projetados.</p> <p>Devido à relevância do valor desses ativos, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados, e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas, poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil.</p> <p>(iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos do imobilizado, intangível, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	---

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário registrada na controlada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.

Veja as notas explicativas **6.I** e **20.b** das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Como consequência das suas operações, e visando a minimização dos impactos do aterro, a controlada Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (Battre) incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de aterro sanitário, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o custo de execução da cobertura final do aterro definida no licenciamento ambiental realizado para as obrigações de fechamento como, por exemplo, tipo de cobertura final e demolição de instalações utilizadas quando da operação do aterro e atividades a serem realizadas após o fechamento, bem como em relação a determinadas premissas econômicas como custo do tratamento de percolado, custo de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás e manutenção da infraestrutura existente.</p> <p>Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário e ao nível de julgamento para a determinação da sua estimativa</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>(i) Avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de reconhecimento e mensuração da provisão para urbanização de aterro sanitário.</p> <p>(ii) Com o auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente.</p> <p>(iii) Efetuamos a conferência aritmética dos cálculos das estimativas, inclusive confrontando com as informações contábeis e relatórios gerenciais.</p> <p>(iv) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos</p>

que poderá impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da provisão para fechamento e pós fechamento do aterro sanitário, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	10	19.172	2.042	50.893	64.962
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	120	3.534
Contas a receber de clientes	11 e 30	100.089	121.270	317.637	331.019
Estoques		3.157	3.222	9.251	9.725
Dividendos a receber	12	160.489	181.040	119.977	124.129
Impostos a recuperar		15.270	13.152	39.301	33.218
Outras contas a receber		3.654	1.687	5.076	8.255
Aporte numerário em consórcios		8.233	2.839	8.233	2.839
Adiantamento a fornecedores		168	378	3.921	895
Total do ativo circulante		310.232	325.630	554.409	578.576
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	4.183	-
Contas a receber de clientes	11 e 30	3.936	16.521	3.937	16.702
Ativo fiscal diferido	22	5.524	4.426	11.600	17.504
Mútuos a receber de partes relacionadas	30	36.869	173.691	24.470	146.552
Outras contas a receber		25.518	5.823	27.739	13.066
Depósitos judiciais		13.696	15.782	17.540	18.532
		85.543	216.243	89.469	212.356
Investimentos	13	158.167	108.036	53.814	59.881
Imobilizado	14	61.299	40.940	86.218	50.415
Intangível	15	16.693	16.726	69.828	83.752
		236.159	165.702	209.860	194.048
Total do ativo não circulante		321.702	381.945	299.329	406.404
TOTAL DO ATIVO		631.934	707.575	853.738	984.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	16 e 30	41.877	17.989	90.537	84.264
Empréstimos e financiamentos	17	47.676	75.337	61.540	106.394
Debêntures e notas promissórias	18	6.668	28.379	6.668	28.379
Salários, benefícios e encargos sociais	19	19.351	21.418	48.097	62.824
Impostos, taxas e contribuições	21	10.854	38.850	41.377	80.213
Imposto de renda e contribuição social		-	407	236	1.302
Aporte numerário em consórcios		2.000	-	2.000	-
Dividendos a pagar		-	-	14.385	16.076
Adiantamentos de clientes		1.302	2.932	2.400	3.527
Total do passivo circulante		129.728	185.312	267.240	382.979
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores e outras contas a pagar	16 e 30	15	15	15	15
Mútuos a pagar a partes relacionadas	30	18.936	5.060	18.387	2.287
Empréstimos e financiamentos	17	71.064	80.375	73.094	138.824
Parcelamentos fiscais		8.335	-	8.335	-
Passivo fiscal diferido	22	-	-	6.619	5.547
Provisões	20	16.938	9.895	74.286	83.668
Perda no investimento	13	-	66.581	-	-
Capital SCP		2.730	2.730	-	-
Total do passivo não circulante		118.018	164.656	180.736	230.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		252.373	234.678	252.373	234.678
Reserva de capital		3.442	3.442	3.442	3.442
Reservas de lucros		128.373	119.815	128.373	119.815
Ajuste acumulado de conversão		-	(328)	-	(328)
Total do patrimônio líquido dos controladores		384.188	357.607	384.188	357.607
Participação dos não controladores				21.574	14.053
Total do patrimônio líquido				405.762	371.660
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		631.934	707.575	853.738	984.980

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24	256.585	258.392	852.175	1.077.803
Impostos incidentes sobre serviços prestados	24	(35.689)	(36.106)	(117.209)	(151.457)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		220.896	222.286	734.966	926.346
Custo dos serviços prestados	25	(179.335)	(169.823)	(633.258)	(733.812)
LUCRO BRUTO		41.561	52.463	101.708	192.534
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas comerciais	26	(3.536)	(497)	(5.251)	(1.537)
Despesas administrativas	27	(30.319)	(23.709)	(91.648)	(94.245)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(1.020)	(19.576)	6.213	(56.850)
Resultado de equivalência patrimonial	13	6.146	(13.355)	31.142	22.826
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(28.729)	(57.137)	(59.544)	(129.806)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		12.832	(4.674)	42.164	62.728
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	29	18.863	23.145	18.539	30.106
Despesas financeiras	29	(28.755)	(33.656)	(38.456)	(67.555)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(9.892)	(10.511)	(19.917)	(37.449)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.940	(15.185)	22.247	25.279
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	22	156	(4.747)	(11.935)	(33.471)
Diferido	22	1.098	783	1.393	4.239
Incentivo lucro da exploração	22	-	-	1.258	1.204
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.194	(19.149)	12.963	(2.749)
ATRIBUÍVEL À:					
Acionistas da Companhia				4.194	(19.149)
Participação de não controladores				8.769	16.400
				12.963	(2.749)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REVITA ENGENHARIA S.A.
 CNPJ: 08.623.970/0001-55
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	4.194	(19.149)	12.963	(2.749)
Resultado abrangente da empresa	4.194	(19.149)	12.963	(2.749)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			4.194	(19.149)
Acionistas não controladores			8.769	16.400
Resultado abrangente total			12.963	(2.749)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REVITA ENGENHARIA S.A.
CNPJ: 08.623.970/0001-55
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Reapresentado)	172.715	-	14.414	164.550	(328)	-	351.351	20.021	371.372
Aumento do capital social	61.805	-	-	-	-	-	61.805	-	61.805
Aumento de capital social por incorporação	158	-	-	-	-	-	158	-	158
Constituição de reserva de Capital	-	3.442	-	-	-	-	3.442	-	3.442
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.149)	(19.149)	16.400	(2.749)
Compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(19.149)	-	19.149	-	-	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida	-	-	-	-	-	-	-	(1.424)	(1.424)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)	(20.943)	(60.943)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	234.678	3.442	14.414	105.401	(328)	-	357.607	14.053	371.660
Aumento do capital social	17.695	-	-	-	-	-	17.695	-	17.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.194	4.194	8.769	12.963
Reserva legal	-	-	313	-	-	(313)	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	3.881	-	(3.881)	-	-	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida por adesão ao PERT	-	-	-	4.692	-	-	4.692	-	4.692
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(328)	328	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(1.249)	(1.249)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	252.373	3.442	14.727	113.646	-	-	384.188	21.574	405.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REVITA ENGENHARIA S.A.
CNPJ: 08.623.970/0001-55
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	4.194	(19.149)	12.963	(2.749)
Itens que não afetam o caixa:				
Perda do valor recuperável	-	-	(5.726)	17.739
Depreciação e amortização	4.279	3.551	36.046	33.412
Amortização de goodwill	-	6.701	-	12.002
Baixa de imobilizado e intangível	3.308	245	3.692	1.097
Equivalência patrimonial	(6.146)	13.355	(31.142)	(22.826)
Equivalência sobre movimentação patrimonial de investida	2.507	-	4.439	(5.695)
(Reversão) / Provisão para recuperação operacional ambiental	-	-	(15.353)	34.000
Perda na venda de investimento	-	2.601	-	2.601
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, mútuos e debêntures	4.885	5.425	15.986	21.008
Encargos financeiros e variação monetária sobre obrigações fiscais	-	3.808	-	3.697
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	21	(15)	(1.964)	(1.998)
Provisão para urbanização de aterros	228	133	6.714	3.874
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.849	(834)	2.929	(2.395)
Provisão para contingências	6.235	5.243	117	16.879
Imposto de renda e contribuição social	(1.254)	3.964	9.284	28.028
Redução / Aumento nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(769)	(3.534)
Contas a receber de clientes	(16.318)	9.401	(16.623)	(9.916)
Partes relacionadas	32.574	(5.891)	12.531	758
Impostos a recuperar	(2.118)	(753)	(6.083)	(7.504)
Estoques	44	96	3.682	2.954
Dividendos recebidos	64.725	34.037	41.619	(2.640)
Outros créditos	856	3.207	10.912	(7.094)
Aporte de numerário em consórcios	(5.394)	(807)	(5.394)	(807)
Depósitos judiciais	2.666	(15.642)	132	(17.148)
Adiantamento a fornecedores	210	(378)	(3.026)	(889)
Ativo financeiro	-	-	-	8.439
Aumento / Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	7.858	2.359	5.153	10.792
Partes relacionadas	9.683	4.922	(2.049)	8.456
Salários, provisões e encargos sociais	(2.067)	2.317	(14.727)	3.030
Impostos, taxas e contribuições	(11.118)	9.203	(17.826)	9.270
Pagamento de contingências	(1.064)	(683)	(4.080)	(2.467)
Adiantamento de clientes	(1.630)	2.902	(1.127)	3.487
Outras contas a pagar	19.325	350	19.876	870
Aporte numerário em consórcios	2.000	-	2.000	-
Parcelamentos fiscais	(8.924)	-	(13.239)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	112.414	69.668	48.947	134.731
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(251)	(4.339)	(3.374)	(34.217)
Mútuos ativos - recebimento Juros	15.678	1.582	15.735	879
Mútuos passivos - juros pagos	(263)	(714)	(212)	(645)
Debêntures - juros pagos	(1.251)	(4.556)	(1.251)	(4.556)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(21.432)	(12.000)	(31.142)	(18.729)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.895	49.641	28.703	77.463
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Mútuos ativos - aplicação	(209.471)	(95.295)	(81.815)	(51.290)
Mútuos ativos - recebimento principal	242.309	70.219	203.108	37.291
Aumento de investimento	(54.897)	(100)	-	-
Adição de caixa proveniente à incorporação de subsidiária integral	-	16	-	-
Valor justo Investimentos	-	(37)	-	(37)
Aquisições de imobilizado	(7.747)	(2.827)	(29.821)	(12.811)
Adição de intangível	(2)	-	(6.982)	(5.418)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de investimento	(29.808)	(28.024)	84.490	(32.265)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Mútuos passivos - captação	107.762	112.379	73.141	66.619
Mútuos passivos - pagamento principal	(89.673)	(85.874)	(52.461)	(31.337)
Notas promissórias - pgto. Principal	(2.175)	-	(2.175)	-
Debêntures - pagamento principal	(19.462)	(19.515)	(19.462)	(19.515)
Empréstimos e financiamentos - captação	83.779	10.002	85.578	31.478
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(138.188)	(16.320)	(208.943)	(49.491)
Dividendos pagos	-	(33.864)	(2.940)	(58.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(57.957)	(33.192)	(127.262)	(60.709)
AUMENTO / REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.130	(11.575)	(14.069)	(15.511)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	2.042	13.617	64.962	80.473
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.172	2.042	50.893	64.962
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	17.130	(11.575)	(14.069)	(15.511)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Revita Engenharia S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de janeiro de 2007 sob a forma de Sociedade de capital fechado, tem sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Térreo - Jaguaré - São Paulo/SP. As demonstrações financeiras do Grupo Revita abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo Revita’ e individualmente como ‘entidades do Grupo’). O Grupo Revita está envolvido primariamente em saneamento ambiental, limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalar, de estabelecimento de saúde, comercial e industrial, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos, privados e de feiras livres, bem como implantação, operação e execução de aterros sanitários e congêneres, construção, montagem e operação de usinas de tratamento, reciclagem, incineração, compostagem e trituração de resíduos, em qualquer de suas formas, como também de usinas para obtenção de fontes alternativas de energia, construção civil em geral, montagem industrial e locação.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as participações do Grupo Revita em outras empresas e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

- Batre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Batre”) (participação direta de 100%) - prestação de serviços, mediante concessão, de destinação final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de resíduos de serviços de saúde no Município de Salvador - BA, comercialização de créditos de carbono por meio da queima do biogás e venda de biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A.;
- Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Farroupilha”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Farroupilha - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos. Em 28 de janeiro de 2016, as partes formalizaram o encerramento do contrato de concessão de Serviços Públicos de Limpeza Urbana nº 03/2004 e foram devolvidos os ativos reversíveis ao poder concedente;
- SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SL Ambiental”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Leopoldo - RS para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.
- Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“Rio Grande Ambiental” ou “RGA”) (participação direta de 100%) sociedade constituída com fins específicos para executar o contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de Rio Grande – RS, cujo objeto era a prestação de serviços públicos relativos ao tratamento e à destinação final de resíduos sólidos urbanos públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos.

O Ministério Público - MPE-RS propôs Ação Civil Pública visando a nulidade do contrato de concessão firmado entre Rio Grande Ambiental e a Municipalidade local, questionando especialmente a remuneração por usuário único e da fixação do prazo contratual em 20 anos, o que estaria em desacordo com o artigo 2º da Lei 8987/95 e ao artigo 57 da Lei 8666/93. Após sentença que julgou procedente a causa, foi interposto recurso de Apelação pela RGA, que foi improvido pelo 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – TJRS. Levada a discussão aos Tribunais Superiores, foi mantida a decisão de anulação do contrato. Em dezembro/2017, o Ministério Público, a RGA e a Prefeitura de Rio Grande formalizaram acordo para regular a transição dos serviços, no seguintes termos: (i) O município de Rio Grande concordou em contratar a RGA até junho/2018, em caráter emergencial, para os serviços de transbordo, transporte e operação do aterro sanitário; (ii) em relação à destinação final de resíduos, as partes concordaram que a RGA operaria o aterro sanitário até dezembro/2018, com posterior entrega ao município, observadas as condições previstas pelo órgão ambiental; (iii) o exposto nas notas (i) e (ii) foi regulamentado através de “Termo de Encerramento de Prestação de Serviços” em 12/12/2017, homologado judicialmente. No acordo a RGA desiste dos recursos pendentes nos tribunais superiores. O acordo proferido rege em seus termos os que a RGA: a) continuasse a operação da atividade de transporte e destinação final dos resíduos até 30/06/2018; b) entregasse o aterro para a municipalidade em 30/12/2018, realizado com formalização em 03.01.2019, atendendo especificidades citadas do acordo; c) realizasse o encontro de contas referente a liquidação e apuração dos valores devidos em razão do encerramento antecipado do Contrato de Concessão, no qual a Empresa pleiteia indenização por investimentos não amortizados, faturas não pagas e outras verbas.

No contexto da nulidade do contrato de concessão a RGA deixa de ser SPE, se mantendo ativa até a finalização do encontro de contas e está apta a prospectar prestação de serviços locais e regionais para outros clientes.

- São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”) (participação direta de 100%) - sociedade constituída com fins específicos sob a forma de concessão, cuja atividade é a execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Carlos - SP para prestação de serviços públicos, relativos ao tratamento e destinação final de resíduos sólidos, urbanos e públicos e de saúde, incluindo a coleta, o transporte, a remoção e a varrição das vias e dos logradouros públicos, operação e implementação do novo aterro sanitário de resíduos sólidos.
- Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) (participação direta de 100%) - cujo a atividade é a destinação final e tratamento de resíduos, incluindo resíduos sólidos domiciliares, industriais e inertes da construção civil, além de resíduos originários de estabelecimentos de saúde; implantação e operação de aterro sanitário de resíduos e outras atividades relacionadas à destinação final e tratamento de resíduos. Prestação de serviços de tratamento e disposição de resíduos. O grupo Revita mantém aporte de recursos para manter as atividades operacionais da controlada Guamá.

Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras

A controlada Guamá opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba/PA (“Aterro”). O aterro iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares da região metropolitana de Belém/PA. O CPTR Marituba é o primeiro aterro sanitário da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Em dezembro de 2017, a Guamá, Companhia, Vega Valorização de Resíduos S.a. (“VVR”) e a Solvi Participações S.A. (controladora) foram alvo de medidas cautelares solicitadas pelo Ministério Público Estadual no curso de um inquérito, entre elas, busca e apreensão, tendo como objeto a procura de provas de supostos descumprimentos de condicionantes de licenças e consequentes supostos crimes ambientais na operação do aterro.

A medida cautelar restritiva aplicada à Guamá, Revita, VVR e Solvi, relativa à proibição de contratar com o Estado do Pará, foi revogada mediante habeas corpus obtido. O bloqueio judicial de contas bancárias das quatro empresas foi, de comum acordo, transformado em depósito judicial, conforme avençado em Termo de Ajuste e Conduta – TAC assinado com o Ministério Público, em junho/2018. O TAC, que vem sendo cumprido pela Guamá, definiu o destino dos recursos depositados, qual seja, o tratamento de chorume mediante aquisição e locação de máquinas de osmose reversa e o pagamento de estudos realizados pela FADESP.

Em razão das questões vinculadas à operação do aterro, a Guamá, suas controladoras diretas e indireta e executivos dessas empresas respondem atualmente às ações detalhadas na Nota Explicativa nº35.

De acordo com os laudos de consultores especializados em meio ambiente e saúde contratados, não houve contaminação atmosférica, de solo ou de águas e tampouco aumento de incidência de doenças que pudesse ser atribuído a uma contaminação causada pelo aterro – frisamos, não constatada pelos especialistas - ; assim, tais denúncias carecem de sustentação probatória, dado que não há evidências de que os problemas operacionais pontuais e isolados tenham causado danos ambientais ou à saúde da população.

Pelas características de clima e região, a operação do Aterro traz desafios, especialmente no tratamento de chorume. O alto índice pluviométrico acarreta geração de percolado acima dos níveis médios verificados em outras regiões, o que se soma à inexistência de capacidade de tratamento em estações existentes na região. A solução, atualmente adotada pela Guamá constitui-se principalmente na operação de equipamentos de osmose reversa, mas também pelo tratamento de parte do volume em Estações de Tratamento situadas em Pernambuco e na Bahia, a mais de 2.000 km de distância do aterro. Em 2018, foram transportados e tratados externamente mais de 50.000 m³ de chorume, elevando os custos operacionais de maneira significativa. A Guamá realizou em 2018 também investimentos de R\$ 20 milhões no aterro e nos equipamentos de osmose reversa definidos no TAC.

Atualmente, as Prefeituras de Belém e Ananindeua, que destinam os resíduos de seus municípios ao CPTR – Marituba da Guamá, não têm contrato com a empresa e realizam os pagamentos por indenização, em valores insuficientes para cobrir os custos da prestação de serviços. Diante desse fato, aliado à alta inadimplência dessas Prefeituras e ao esgotamento da capacidade atual do aterro ao final de maio/2019, devido à impossibilidade da realização de obras a tempo, em razão da demora na emissão da correspondente licença, a Guamá comunicou às Prefeituras e demais partes interessadas a interrupção do recebimento de resíduos no aterro a partir de 31/05/2019. Considerando não ter havido até o momento, por parte das autoridades, a identificação e indicação de outro destino para os resíduos dos mencionados municípios, a Guamá vem mantendo discussões com as Prefeituras de Belém e Ananindeua, Ministério Público e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, na busca de solução para o impasse.

Reitere-se que podem ser verificados no CPTR - Marituba os mais elevados padrões técnicos e operacionais, igualmente encontrados nos 35 aterros operados pelo Grupo Solvi no Brasil e no exterior e que, independentemente do cenário, a Guamá manterá todos os recursos humanos e materiais para o tratamento do chorume gerado pelo aterro e seu monitoramento ambiental.

Oportunamente, a Guamá poderá desenvolver novos clientes, em condições comerciais adequadas, e ampliar sua capacidade operacional, sempre que detenha as licenças necessárias, até o limite da capacidade total do site.

No caso em que haja um acordo para continuidade dos serviços em novas condições comerciais e que sejam identificadas e autorizadas soluções técnicas transitórias para superar o esgotamento da capacidade atualmente existente, durante as obras de expansão, a Guamá realizará os investimentos necessários para assegurar a disponibilidade dos serviços até o fim da capacidade total do aterro.

Nas demonstrações financeiras do exercício de 2018, a controlada Guamá mantém provisões para o tratamento do excesso de estoque de chorume, e também *impairment dos ativos não depreciados*, conforme nota explicativa nº15.

- Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda. (“Águas Claras”) (participação direta de 100%) - tratamento e destinação final de resíduos inertes originários de construção civil (entulho).
- Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A. (“INOVA”) (participação direta de 51%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 10 de dezembro de 2018, a INOVA firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 11 de dezembro de 2018. Como parte do plano da sua continuidade operacional, a INOVA considerou a sua participação no processo de licitação para Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo e caso não saia vencedora dessa licitação planeja continuar com suas atividades. O atual cenário licitatório da Concessão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo ainda possibilita a constituição de um novo contrato emergencial.
- Abrantes Ambiental Ltda. (“Abrantes”) (participação direta de 57,14%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a execução do contrato de prestação de serviços de limpeza urbana no Município de Camaçari - BA, celebrado com a Limpec - Limpeza Pública de Camaçari.
- SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”) (participação direta de 75%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de promover a concessão de Parceria Público Privada para outorga do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP.

Em Julho de 2017 foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controlada e o Município de São Bernardo do Campo, no qual se estabeleceu: i) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do valor de R\$74.250 em quatro datas; ii) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250, pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços; iii) a contratação, pelo Poder Concedente, de empresa de auditoria independente, de ilibada reputação, para realizar os levantamentos e avaliações necessárias para liquidação e apuração dos valores devidos em decorrência do Contrato de PPP rescindido. O

termo final das atividades da SBC foi no dia 29 de junho de 2018, quando teve início a vigência de contrato emergencial, pelo prazo de 180 dias, entre a Prefeitura de São Bernardo e o Consórcio Ambiental SBC. Em novembro de 2018, a Prefeitura de São Bernardo promoveu certame licitatório regido pela Lei 8.666/93. Em dezembro de 2018, houve a suspensão desse certame, e prorrogação da contratação em regime de emergência, por mais 180 dias. Por sua vez, a liquidação do contrato de PPP com a controlada SBC ainda não foi concluída pela Prefeitura, que segue em avaliação e discussão das premissas fáticas e econômicas consideradas pelos auditores contratados pelo Município e pela empresa contratada pela SBC para realizar o acompanhamento dos trabalhos. A SBC espera chegar a termos justos da rescisão contratual com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, e com a liquidação, a controlada procederá o encerramento de atividades, uma vez que, com a extinção definitiva do Contrato de PPP, inexistirá o propósito específico.

Negócios em Conjunto

Operações em conjunto (Joint Operation)

- Consórcio Porto para a Vida (“Consórcio Porto para a Vida”) (participação direta de 35%) - consórcio criado em conjunto com a Koleta Ambiental S.A. (participação direta de 65%), empresa do mesmo grupo econômico. O consórcio presta serviços de conservação, limpeza geral, varrição, recolhimento e destinação final de resíduos gerados no porto de Santos-SP.
- Consórcio Ambiental SBC (“Consórcio SBC”) (participação direta de 77,21%) - sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e outros serviços de conservação e limpeza urbana no município de São Bernardo do Campo. Em 01 de julho de 2018, o Consórcio SBC firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à Secretária de Administração e Inovação Departamento de Licitações e Materiais. O prazo de vigência desse contrato é de 180 dias corridos contados a partir de 01 de julho de 2018.
- Sotero Engenharia Sustentável e Limpeza Urbana Ltda. (“Consórcio Sotero”) (participação direta de 77,67%) – sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indivisíveis de prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Salvador, conforme edital de concorrência nº 002/2018. Em 06 de setembro de 2018, a Sotero firmou novo contrato de prestação de serviços junto à SEMOP Secretária Municipal de Ordem Pública. O prazo de vigência desse contrato é de 24 meses contados a partir de 06 de setembro de 2018, podendo ser prorrogado, por menores ou iguais períodos até o limite de 60 meses.

Empreendimentos contralados em conjunto (Joint Venture)

- Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“EMTR”) (“participação direta de 27,5%, controlada em conjunto por Vital Engenharia S.A com 45% e Construtora Barbosa e Mello S.A com 27,5%) - prestação de serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos urbanos na região metropolitana de Belo Horizonte-MG.
- Biotérmica Energia Ltda. (“Biotérmica”) (participação direta de 34,3%, controlada em conjunto por Solvi Valorização Energética “SVE” com 35,7% e Outros sócios com 30%) - propósito específico de implantação e exploração de usina termelétrica.

- Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda. (“BOB”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto pelo Sr. Moises de Souza Boechat com 49%) - implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais, no município de Belford Roxo/RJ.

Durante o ano de 2018 a BOB cumpriu as condicionantes estabelecidas pelo órgão regulador para a obtenção da Licença de Instalação, que consistiram em obras de adequação de células e tratamento de chorume. Para tanto, a empresa promoveu a implantação de um sistema de osmose reversa, desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. A expectativa é que a obtenção da Licença de Instalação ocorra no primeiro semestre de 2019 e que a empresa retome a operação normal a partir de Julho de 2019.

- Hera Ambiental S.A. (“Hera”) (participação direta de 50%, controlada em conjunto por Hera Brasil Indústria e Comércio Ltda. com os outros 50%) - implantação, operação e execução de aterros sanitários, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos domiciliares e de saúde, comerciais e industriais no Estado da Bahia.
- Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”) (participação direta do Grupo Revita em 51%, controlada em conjunto por Vega Engenharia Ambiental (“VEGA”) com 49%) - empresa que tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de cotista ou acionista, bem como, a participação em consórcios. A VVR possui participações nas seguintes empresas:
 - Logística Ambiental de São Paulo S.A. (“LOGA”) (participação direta de 62,35%) - execução do contrato de concessão celebrado com a Prefeitura do Município de São Paulo para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares residenciais e dos serviços de saúde, além de varrição em feiras livres e mercados.
 - Viasolo Engenharia Ambiental S.A. (“Viasolo”) (participação direta de 51%) - O Grupo Revita desenvolve atividades de saneamento ambiental, execução e prestação de serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e tratamento de lixo domiciliar e hospitalar, varrição, capinação, lavagem e limpeza de vias e logradouros públicos e privados e de feiras livres, limpeza de bocas-de-lobo e galerias de águas pluviais. A Viasolo possui participação nas seguintes empresas:
 - Ecovia Valorização de Resíduos Ltda (“Ecovia”) (participação direta de 99%, o 1% restante pertence a Companhia e é tratado como participação em coligada.) - prestação de serviços de operação, manutenção e ampliação de aterros sanitários, usina de triagem, usina de compostagem, unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde e sistemas de biogás.
 - Resíduo Zero Ambiental S.A. (“RZA”) (participação de 60%) - O Grupo Revita opera, principalmente, com coleta de resíduos, tratamento de resíduos orgânicos, incineração de resíduos industriais e operações e construções de aterros sanitários.
 - Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda. (“Alfenas”) (participação direta de 51%, controlada em conjunto por Construtora Contorno LTDA com 49%) - sociedade constituída com o propósito específico de promover a execução do objeto especificado no contrato de concessão mantido com Prefeitura Municipal de Alfenas - MG.

- Riograndense Participações S.A (“RioPar”) (participação direta de 70%) - participação em outras sociedades de capital aberto ou fechado. A Riograndense possui participações nas seguintes empresas:
 - CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda (“CRVR”) (participação direta de 100%) - prestação de serviços nas áreas de aterros industriais, aterros sanitários, coleta, disposição, processamento e transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos.
 - Biogás Riograndense Ltda (participação direta de 100%) - responsável pela produção, captação e comercialização de biogás destinado a geração de energia.

Coligada da Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”)

- Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde”) (participação direta de 49%) - tem como objeto o desenvolvimento, construção, manutenção e exploração de usina termelétrica para geração de energia; comercialização de biogás e energia; geração, gestão e comercialização de créditos de carbono; elaboração de projetos, execução e operação de sistemas de captação de biogás; e prestação de serviços de operação e manutenção relacionados às suas demais atividades.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo Revita estão apresentadas na nota explicativa nº6.

Após a sua emissão, somente, os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 / IFRS 15/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº6.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo Revita. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Revita e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber;
- **Nota explicativa nº 13** - consolidação: determinação se o Grupo Revita detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa nº 13** - classificação de negócios em conjunto;
- **Nota explicativa nº 14 e 15** - vida útil do ativo imobilizado e intangível.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionados a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14 e 15** - análise de redução ao valor recuperável.
- **Notas explicativas nº 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Revita requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo Revita estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Revita usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo Revita reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

O Grupo Revita revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se há informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar os valores justos, então o Grupo Revita analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo Revita aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes.

- a. Mudanças de políticas contábeis
- b. Base de consolidação
- c. Receita de contrato com cliente
- d. Receitas financeiras e despesas financeiras
- e. Benefícios a empregados
- f. Imposto de renda e contribuição social
- g. Estoques
- h. Imobilizado
- i. Ativos intangíveis e ágio
- j. Instrumentos financeiros
- k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)
- l. Provisões
- m. Distribuição de dividendos
- n. Arrendamentos
- o. Subvenções governamentais
- p. Transações em moedas estrangeiras

a. Mudanças de políticas contábeis

O Grupo Revita aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Apresentação das receitas por desempenho; e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

(i) Adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento, julgamento este que não sofreu mudanças com a transição para nova norma, entretanto a divulgação da receita sofreu alterações dada a necessidade de abertura de cada obrigação de desempenho, conforme requerido. A adoção do CPC 47 / IFRS 15 não gerou impactos no balanço patrimonial, demonstração de resultado e fluxo de caixa.

Tendo em vista que os impactos da adoção inicial não alteraram a mensuração e reconhecimento das receitas de contratos em relação a norma anterior, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, bem como não há efeitos cumulativos a serem aplicados em 1º de janeiro de 2018 devido à adoção inicial.

(ii) Adoção do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma reversão para adequação do valor recuperável, conforme segue:

Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 de acordo com o CPC 38 / IAS 39 - Consolidado	453
<i>Reversão para adequação da adoção ao CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018:</i>	
Contas a receber de clientes e outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017	(93)
Provisão para perda em 1º de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	360

O Grupo Revita optou em reconhecer os efeitos dos ajustes de adoção diretamente no resultado do exercício de 2018 tendo em vista o efeito imaterial de tal adequação.

(a) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 não foram aplicadas retrospectivamente.

O Grupo optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

Reconhecimento e mensuração

O Grupo Revita realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial para adequação do reconhecimento e mensuração. Segue abaixo o quadro demonstrando a mudança das categoria dos ativos financeiros e passivos financeiros com a adoção do CPC 48 / IFRS 9:

	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Consolidado	
			2018	2017
			Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado	50.893	64.962
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado	4.303	3.534
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	321.574	347.721
Mútuos a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	24.470	146.552
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	119.977	124.129
Total			521.217	686.898
Passivos financeiros:				
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	90.552	84.279
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	18.387	2.287
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	134.634	245.218
Dividendos a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	14.385	16.076
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	2.793	22.329
Notas promissórias	Custo amortizado	Custo amortizado	3.875	6.050
Total			264.626	376.239

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

O Grupo Revita recalculou a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 5 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 5 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes do Grupo Revita.

Para mensuração da perda esperada o Grupo Revita adotou a utilização da taxa média do CDI, dos últimos dois meses em relação à data do faturamento, considerando assim o princípio da perda do valor ao longo do tempo.

b. Base de consolidação

Controladas

O Grupo Revita controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas pelo do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não controladores

O Grupo Revita elegeu mensurar qualquer participação de acionistas não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo Revita em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo Revita desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo Revita retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo Revita em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo Revita, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual o Grupo Revita possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo Revita no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados desse método.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

EMPRESAS	VVR	BOB	Biotérmica	EMTR	Hera
Ativo circulante	46.651	18.077	3.064	15.484	4.355
Ativo não circulante	188.702	38.677	25.942	43.695	8.295
TOTAL DO ATIVO	235.353	56.755	29.006	59.178	12.650
Passivo circulante	188.269	20.925	10.694	9.046	2.412
Passivo não circulante	95	48.944	18.224	500	1.460
Patrimônio Líquido	46.990	(13.114)	87	49.633	8.778
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	235.353	56.755	29.006	59.178	12.650
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	51	51	34,3	27,5	50

O resultado apurado no exercício é demonstrado abaixo:

EMPRESAS	VVR	BOB	Biotérmica	EMTR	Hera
Resultado do período	71.642	(11.827)	1.571	(2.051)	1.346
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	51	51	34,3	27,5	50

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Revita na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Receita de contrato de cliente

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Grupo Revita e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

A seguir estão apresentados os tipos de receitas de contrato com clientes do Grupo Revita:

<i>Tipo de receitas</i>	<i>Descrição</i>		
<i>Receita de prestação de serviços</i>	<p><i>Resíduos</i> - As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado.</p> <p>As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.</p>	Limpeza Pública	As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por varrição, lavagem de vias públicas e manutenção de praças públicas. Por se tratar de serviços não separáveis, ou seja, não são prestados separadamente para outros clientes, são considerados como uma única obrigação de desempenho “Limpeza Pública”. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês no qual são medidos os serviços que foram prestados de acordo com as metragens das vias, praças e logradouros cujo a limpeza foi executada. O Grupo Revita reconhece a receita de acordo com as medições mensais dos serviços executados.
		Coleta	As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, coleta de resíduos de poda de áreas públicas, e demais coletas. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente a outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Coleta de Resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.
		Destinação final de resíduos	A obrigação de desempenho inerente à destinação final de resíduos em aterro, são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem depositada pelos coletores.
	<i>Valorização energética</i>	<i>Venda de energia elétrica renovável</i>	<p>As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários, agregando valor aos serviços de destinação final de resíduos públicos, prestados por entidades do Grupo.</p> <p>O Grupo Revita registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização ente as partes.</p>

Receita de venda de produtos	Receita de venda de Biogás	<p>As receitas com a venda de biogás são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários através da controlada Battre, que fornece o biogás à Termoverde Salvador.</p> <p>O Grupo Revita reconhece a receita de acordo ao montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros da Battre, gerando um relatório de medição para a aprovação da Termoverde Salvador.</p>
Receita de contrato de construção	A receita de construção do Grupo Revita está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº24. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível. O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.	

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado até 31 de dezembro de 2018 e custo amortizado em 2018. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Revita tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

O Grupo Revita reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo Revita espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(iii) Incentivo fiscal

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

- A controlada Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração e;
- A controlada Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

g. Estoques

O estoque é composto por material de manutenção, materiais de consumo na operação e equipamentos de proteção individual (EPI). Eles são avaliados pelo custo médio de aquisição.

Quando o custo de aquisição é maior que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração de resultado.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Revita.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo Revita obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Bens reversíveis

São os bens diretamente vinculados ao contrato de concessão reversíveis ao poder concedente no encerramento do Contrato de Concessão, se previsto em contrato.

Alguns contratos preveem que o Grupo Revita terá direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados durante a concessão, com relação aos bens reversíveis ainda não totalmente amortizados, desde que realizados para garantir a continuidade dos serviços abrangidos pelo contrato.

Um ativo intangível dos bens reversíveis foi reconhecido em 1º de janeiro de 2010, em conformidade com a adoção da Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC1. Como ocorre em contratos semelhantes aos do Grupo Revita, quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”). O valor amortizável dos bens registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão, conforme segue:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao Concessionário;
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (Concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- O Concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do Poder Concedente;
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo Concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência; e
- O Concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por valor residual ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pelo Grupo Revita sujeito ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no ICPC 1, quando:

- O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O Concessionário possui o direito de receber remuneração sobre os serviços de construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(iv) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 15.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros

são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em suas demonstrações financeiras.

vi. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Solví, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Grupo Revita possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas do Grupo Revita é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo Revita.

Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

n. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo Revita determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo Revita separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se o Grupo Revita conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação do Grupo Revita.

(ii) *Ativos arrendados*

Ativos mantidos pelo Grupo Revita sob arrendamentos que transferem para o Grupo Revita substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo Revita.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

o. Subvenções governamentais

Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais da controlada Águas Claras, não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2027, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Águas Claras em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação, expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais da controlada Battre, não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2023, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Battre em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

p. Transações em moedas estrangeiras

Transações de operações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio utilizando-se a taxa média de cada mês.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo Revita não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial .

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- O Grupo Revita não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O Grupo Revita reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações, maquinários e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará porque o Grupo Revita reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Revita anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(i) Arrendamentos em que o Grupo Revita é um arrendatário

O Grupo Revita reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais referente locação de caminhões, veículos leves, locação de terrenos e imóveis. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Revita reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo Revita anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Tendo em vista que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, implementação do sistema, avaliação de contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação, e a metodologia para o cálculo das taxas de descontos, o Grupo Revita considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 nas demonstrações financeiras do Grupo Revita a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

(i) Transição

O Grupo Revita pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo Revita planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

b) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Revita.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

8 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de risco financeiro

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Revita para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Revita, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Revita.

As atividades do Grupo Revita o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração (“Conselho”) do Grupo Revita tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Revita não operou instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pelo Grupo Revita, em geral, não são afetadas pela variação cambial. Entretanto em 2018 foram adquiridas máquinas de osmose reversa através da controlada Guamá, e as variações cambiais inerentes a esta operação foram reconhecidas no resultado.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Revita decorrem, substancialmente de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

O Grupo Revita realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Consolidado							
Exposição Patrimonial	Exposição R\$	Taxa de juros - média Efetiva em 31/12/2018	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	134.634	11,32%	134.634	134.867	135.177	134.401	134.091
Debêntures	2.793	8,79%	2.793	2.795	2.798	2.791	2.788
Efeito no resultado				235	548	(235)	(548)

Este risco surge da possibilidade que o Grupo Revita pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

O Grupo Revita monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos e privados, incluindo contas a receber em aberto.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por prestarem serviços essenciais e de utilidade pública, o risco do Grupo Revita deixar de receber de seus clientes pode ser considerado mínimo. O máximo que pode ocorrer quando o cliente apresentar problemas orçamentários temporais é querer postergar o pagamento, porém, nesses casos, não há um histórico efetivo de perda de crédito.

Risco de créditos

Risco de crédito é o risco do Grupo Revita incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Revita.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	Consolidado	
		2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.893	64.962
Contas a receber de clientes	11	321.574	347.721
Outras contas a receber		32.815	21.321
Dividendos a receber	12	119.977	124.129
		525.259	558.133

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Revita ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Revita adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Revita depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Revita disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Revita, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	71.011	42.175	41.903	155.089	134.634
Fornecedores e outras contas a pagar	90.537	15	-	90.552	90.552
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	18.387	-	18.387	18.387
Debêntures (a)	2.832	-	-	2.832	2.793
Notas promissórias	3.875	-	-	3.875	3.875
Dividendos e juros capital próprio a pagar	14.385	-	-	14.385	14.385
	182.640	60.577	41.903	285.120	264.627

Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Projetado	Valor Contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	112.603	52.936	93.914	782	260.235	245.218
Fornecedores e outras contas a pagar	84.264	15	-	-	84.279	84.279
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	2.287	-	-	2.287	2.287
Debêntures (a)	22.602	-	-	-	22.602	22.329
Notas promissórias	6.050	-	-	-	6.050	6.050
Dividendos e juros capital próprio a pagar	16.076	-	-	-	16.076	16.076
	241.595	55.238	93.914	782	391.529	376.239

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo Revita durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Revita, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Revita adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Total do passivo circulante e não circulante	447.976	613.320
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(50.893)	(64.962)
Dívida líquida	397.083	548.358
Patrimônio líquido	405.762	371.660
Índice de alavancagem	0,98	1,48

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Consolidado			
			2018		2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	50.893	50.893	64.962	64.962
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Custo amortizado	4.303	4.303	3.534	3.534
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	321.574	321.574	347.721	347.721
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	24.470	24.470	146.552	146.552
Dividendos a receber	Nível 2	Custo amortizado	119.977	119.977	124.129	124.129
Total			521.217	521.217	686.898	686.898
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	90.552	90.552	84.279	84.279
Mútuos a pagar à partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	18.387	18.387	2.287	2.287
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	134.634	134.634	245.218	245.218
Dividendos a pagar	Nível 2	Custo amortizado	14.385	14.385	16.076	16.076
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	2.793	2.796	22.329	20.285
Notas promissórias	Nível 2	Custo amortizado	3.875	3.875	6.050	6.050
Total			264.626	264.629	376.239	374.195

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto o Grupo Revita entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros ao custo amortizado, com exceção de (i) o instrumento de proteção cambial, que está mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, as contas a receber de clientes estão classificadas como empréstimos e recebíveis, fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

9 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Revita estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

O Grupo Revita realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, vide nota explicativa nº 20b.

O Grupo mantém provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais apenas para a controlada Guamá Tratamento de Resíduos Ltda com base na nota explicativa nº 20c.

Para as demais empresas, o Grupo Revita não vê a necessidade de constituir provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, por conta dos fatores acima mencionados.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	20	25	47	68
Bancos	16.078	1.944	16.469	4.741
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.074	73	34.377	60.153
Total	<u>19.172</u>	<u>2.042</u>	<u>50.893</u>	<u>64.962</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata, sujeitas a uma insignificante mudança de valor e remuneração atrelada à variação média do CDI de 94,64% (82,90% em 2017), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

O Grupo Revita em 2018 cedeu parte dos seus depósitos bancários à vista no montante de R\$4.303 (R\$3.534 em 2017) para garantia de empréstimos bancários. Estão registrados como títulos e valores mobiliários.

A exposição do Grupo Revita a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

11 Contas a receber de clientes

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Cientes Públicos:					
Valores faturados		64.208	37.858	222.413	188.567
Medições a faturar		25.900	31.440	82.975	96.060
		90.108	69.298	305.388	284.627
Cientes Privados:					
Valores faturados		58	4.061	1.169	5.220
Medições a faturar		580	1.071	1.399	1.485
		638	5.132	2.568	6.705
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(4.850)	(2.002)	(4.943)	(2.015)
Partes relacionadas	30	18.129	65.363	18.561	58.404
Total		104.025	137.791	321.574	347.721
Circulante		100.089	121.270	317.637	331.019
Não circulante		3.936	16.521	3.937	16.702
Total		104.025	137.791	321.574	347.721

A exposição ao risco de crédito do Grupo Revita está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O Aging list das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer	45.767	24.675	113.978	111.057
<i>Vencidos:</i>				
Até 30 dias	3.309	4.389	10.282	27.454
Entre 31 e 60 dias	2.256	2.275	2.668	5.052
Entre 61 e 90 dias	559	2.326	4.293	5.680
Entre 91 e 180 dias	3.989	3.299	6.373	13.549
Entre 181 e 360 dias	2.235	5.706	10.380	27.240
Acima de 360 dias	50.760	97.123	178.543	159.704
PCLD	(4.850)	(2.002)	(4.943)	(2.015)
Total	104.025	137.791	321.574	347.721

Os saldos vencidos a mais de 180, a maior parte refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada exclusivamente para clientes privados, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. O Grupo Revita não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento. Para os clientes públicos vencidos, a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber consolidado possuem montantes vencidos há longa data junto a clientes públicos, sendo R\$7.349 (R\$7.349 em 2017) da Prefeitura do Município de Montes Claros, e R\$25.458 (R\$32.983 em 2017) da Prefeitura de Salvador. Para esses casos, o Grupo Solví mantém ação judicial de cobrança dos valores a receber em razão da inadimplência acima da média do setor.

Em outubro de 2014, houve confissão de dívida da Prefeitura Municipal de São Leopoldo no montante de R\$23.663, que foram renegociados a serem recebidos em 119 meses. Desde abril de 2015 a Prefeitura parou de efetuar os pagamentos. Este assunto está sendo tratado judicialmente, atualmente o valor está em R\$31.443. Adicionalmente a prefeitura efetuou pagamentos nos meses de Maio e Agosto de 2016 totalizando o valor de R\$1.224 dos títulos renegociados.

Em 2018, os títulos em atraso junto a Prefeitura Municipal de São Bernardo, no montante de R\$72.464 (R\$61.215 em 2017), a Companhia está no aguardo do relatório da FIPE (auditoria contratada pela PMSBC) que apontará o montante devido para o efetivo pagamento. Caso exista diferença do saldo devedor apontado pela auditoria as sócias podem ingressar na justiça para cobrar os valores em aberto.

Em 2016, foi encerrado junto à Prefeitura Municipal de Canoas o contrato de varrição, sendo que para o contas a receber foi celebrado um contrato de confissão de dívida. Atualmente o Grupo Revita está apenas administrando o aterro sanitário da Prefeitura.

Em 2018, através da Ata nº1/2018, a Companhia celebrou junto à Prefeitura Municipal de Canoas a negociação do valor de R\$ 22.907 inerente às parcelas vencidas de Abril à Dezembro de 2014, no qual foi acordado o pagamento de R\$19.740 com a dação de seis imóveis (as escrituras dos imóveis foram regularizadas apenas em 2019, conforme nota explicativa nº35), uma parcela única de R\$767 na assinatura da escrituração dos imóveis e mais 12 parcelas de R\$200 com primeiro vencimento para 30 dias após o pagamento da primeira parcela.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 2018 é apresentada com segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em 01 de janeiro	(2.015)	(3.209)
Créditos provisionados no exercício	(3.311)	(8)
Reversão da provisão no exercício	383	1.202
Saldo em 31 de dezembro	(4.943)	(2.015)

12 Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<i>Dividendos a receber de investidas:</i>				
Abrantes Ambiental	1.332	1.332	-	-
Águas Claras Ambiental	3.455	2.132	-	-
Battre	1.307	17.805	-	-
Biotérmica Energia	508	120	508	120
Boechat do Bairro - BOB	696	696	696	696
Ecovia Valorização de Resíduos	10	7	10	7
Farroupilha	281	281	-	-
Hera Ambiental	232	73	232	73
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	4.048	5.808	-	-
Rio Grande Ambiental	314	314	-	-
Riograndense Participações	552	552	552	552
São Carlos Ambiental	1.200	664	-	-
SBC Valorização de Resíduos	28.492	28.492	-	-
SL Ambiental	83	83	-	-
Vega Valorização de Resíduos - VVR	103.054	94.654	103.054	94.654
	145.564	153.013	105.052	96.102
<i>Cessão de dividendos a receber (a):</i>				
Essencis Soluções Ambientais	-	10.412	-	10.412
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais (b)	-	8.421	-	8.421
Koleta Ambiental S.A.	6.521	-	6.521	-
Solví Valorização Energética	8.404	9.194	8.404	9.194
	14.925	28.027	14.925	28.027
	160.489	181.040	119.977	124.129

- (a) Referem-se à cessão de direito, anteriormente detida pela controladora Solví Participações, em contrapartida à integralização de capital social no Grupo Revita no montante de R\$28.027, conforme AGE aprovada em 31 de dezembro de 2017;
- (b) Em 2018, a empresa Koleta Ambiental assumiu o direito da cessão de dividendos a receber da empresa GRI após a sua incorporação.

Os valores de dividendos a receber estão apresentados pelo saldo líquidos, já remanescentes dos dividendos contabilizados e recebidos no ano.

13 Investimentos

13.1 Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
		%					31/12/2018	31/12/2017
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	13.708	100,00%		22.167	1.648	1.648	22.168	9.518
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	8.959	100,00%		8.959	537	537	8.959	10
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	49.082	100,00%		28.296	(1.264)	(1.264)	28.296	15.948
Farrupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	5.541	100,00%		834	(114)	(114)	834	1.058
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	31.463	100,00%		9.101	(8.316)	(8.316)	9.101	(2.611)
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda	2.930	100,00%		3.848	4.373	4.373	3.848	2.930
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	4.130	100,00%		2.116	(30.889)	(30.889)	2.116	(66.581)
SBC Valorização de Resíduos Ltda	13.984	75,00%		13.902	(82)	(61)	10.427	10.488
Abrantes Ambiental Ltda	133	57,14%		(1.858)	(440)	(252)	(1.062)	(810)
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	1.000	51,00%		35.832	18.322	9.344	18.274	10.230
Revita Montes Claros	2.730	51,00%		2.730	-	-	1.392	1.392
Total (a)						(24.994)	104.353	(18.429)

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
		%					31/12/2018	31/12/2017
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	33.031	51,00%		46.990	71.642	36.537	23.968	23.965
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Cole Cons. Ltda - ME	4.548	51,00%		(13.114)	(11.827)	(6.031)	(6.689)	(658)
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	51,00%		1.549	-	-	790	790
Hera Ambiental S.A.	7.058	50,00%		8.778	1.346	673	4.391	3.877
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	-	50,00%		7.468	(30)	(15)	3.734	3.749
Biotérmica Energia S.A.	7	34,30%		87	1.571	536	31	6
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	48.824	27,50%		49.633	(2.051)	(564)	13.649	14.214
Total (b)						31.136	39.874	45.942

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento	
		%					31/12/2018	31/12/2017
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	500	1,00%		500	383	4	5	5
Total (c)						4	5	5

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d) 13.935 13.935

Provisão para perdas nos investimentos (e) - 66.581

Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) + (e) 158.167 108.036

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Consolidado (f) 13.935 13.935

Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (f) 53.814 59.881

As mutações dos investimentos são compostas pelas seguintes movimentações ocorridas em 2018:

Revita Engenharia S.A
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017

Mutações dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre movimentação patrimonial da investida (*)	Alocação de mútuo investimento (a)	Aumento de Capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	9.518	1.648	-	-	12.309	(1.307)	22.168
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	10	537	-	-	8.949	(537)	8.959
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	15.948	(1.264)	-	-	13.612	-	28.296
Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	1.058	(114)	-	-	-	(110)	834
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	(2.611)	(8.316)	-	-	20.028	-	9.101
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda	2.930	4.373	-	-	-	(3.455)	3.848
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	(66.581)	(30.889)	1.932	97.654	-	-	2.116
Abrantes Ambiental Ltda	(810)	(252)	-	-	-	-	(1.062)
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	10.230	9.344	-	-	-	(1.300)	18.274
Revita Montes Claros	1.392	-	-	-	-	-	1.392
SBC Valorização de Resíduos Ltda	10.488	(61)	-	-	-	-	10.427
	(18.428)	(24.994)	1.932	97.654	54.898	(6.709)	104.353

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre movimentação patrimonial da investida (*)	Alocação de mútuo investimento (a)	Aumento de Capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	23.965	36.537	256	-	-	(36.790)	23.968
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - ME	(658)	(6.031)	-	-	-	-	(6.689)
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	790	-	-	-	-	-	790
Hera Ambiental S.A.	3.877	673	-	-	-	(159)	4.391
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	3.749	(15)	-	-	-	-	3.734
Biotérmica Energia S.A.	6	536	-	-	-	(511)	31
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.214	(564)	-	-	-	-	13.650
	45.942	31.136	256	-	-	(37.460)	39.874

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Equivalência sobre movimentação patrimonial da investida (*)	Alocação de mútuo investimento (a)	Aumento de Capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	5	4	-	-	-	(4)	5

- (a) Em 2018 a Companhia detinha o saldo de R\$97.655 a receber de sua controlada Guamá – Tratamento de Resíduos Ltda. à título de mútuos, cujo a data de recuperação é incerta dada às condições operacionais atuais da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº1. Desta forma, em consonância ao item 38 do CPC 18 / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, foi reclassificado o montante total do título de longo prazo para o investimento, tendo em vista que na essência, trata-se de uma extensão do investimento da Companhia em sua controlada.

Composido ágio por expectativa de rentabilidade futura

Empresa	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
Biotérmica Energia S.A.	768	768
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - ME	4.463	4.463
Riograndense Participações S.A.	6.420	6.420
Hera Ambiental S.A.	2.284	2.284
Total (f)	13.935	13.935

(*) Em 2018 a controlada Guamá e a controlada em conjunto VVR, em cumprimento aos requisitos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), constituíram os ativos fiscais diferidos inerentes a prejuízos fiscais de anos anteriores em contrapartida ao patrimônio líquido.

Revita Engenharia S.A
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017

Mutações dos investimentos:

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Alienação	Perda no investimento	Incorporação	Aumento de Capital	Dividendos/ JCP	Equivalência Exercícios Anteriores	Saldo em 31/12/2017
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda	8.315	5.804	-	-	-	-	(4.601)	-	9.518
São Carlos Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda	10	627	-	-	-	-	(627)	-	10
SL Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	15.240	708	-	-	-	-	-	-	15.948
Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	1.668	(610)	-	-	-	-	-	-	1.058
Rio Grande Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	2.568	(5.179)	-	-	-	-	-	-	(2.611)
Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda	2.930	3.632	-	-	-	-	(3.632)	-	2.930
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	(664)	(66.017)	-	-	-	100	-	-	(66.581)
Piauí Ambiental S.A.	2.798	(1.629)	-	-	(1.169)	-	-	-	-
<i>Piauí Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	4.533	-	-	-	(4.533)	-	-	-	-
Abrantes Ambiental Ltda	76	(886)	-	-	-	-	-	-	(810)
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	10.230	21.108	-	-	-	-	(21.108)	-	10.230
SBC Valorização de Resíduos Ltda	10.488	6.260	-	-	-	-	(1.989)	(4.271)	10.488
Revita Montes Claros	1.392	-	-	-	-	-	-	-	1.392
	59.584	(36.182)	-	-	(5.702)	100	(31.957)	(4.271)	(18.428)

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	Saldo em 31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Alienação	Perda no investimento	Incorporação	Aumento de Capital	Dividendos/ JCP	Equivalência Exercícios Anteriores	Saldo em 31/12/2017
Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR	54.188	27.227	-	-	-	-	(57.450)	-	23.965
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda	1.616	702	(1.184)	(2.601)	-	-	1.467	-	-
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - ME	656	(1.314)	-	-	-	-	-	-	(658)
<i>BOB - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	792	(2)	-	-	-	-	-	-	790
Hera Ambiental S.A.	3.841	47	-	-	-	-	(11)	-	3.877
<i>Hera Ambiental S.A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos</i>	3.763	(14)	-	-	-	-	-	-	3.749
Biotérmica Energia S.A.	(429)	554	-	-	-	-	(119)	-	6
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A - EMTR	14.320	(105)	-	-	-	-	-	-	14.214
SBC Valorização de Resíduos Ltda - Resultado de exercícios anteriores	-	(4.271)	-	-	-	-	-	4.271	-
	78.745	22.824	(1.184)	(2.601)	-	-	(56.113)	4.271	45.943

Composido ágio por expectativa de rentabilidade futura

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Biotérmica Energia S.A.	768	768
BOB - Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos Col.e Cons. Ltda - ME	4.463	4.463
Riograndense Participações S.A.	6.420	6.420
Hera Ambiental S.A.	2.284	2.284
Total (f)	<u>13.935</u>	<u>13.935</u>

13.2 Alterações na estrutura societária

Durante o ano de 2018 as seguintes alterações na estrutura societária nas empresas do Grupo Revita:

Aumento de capital social – Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda (“Battre”)

Conforme a 7ª Alteração do Contrato Social instituída em 03 de setembro de 2018, os sócios decidiram aumentar o capital social da Battre, passando de R\$1.400 para o montante atual de R\$13.709, tendo um aumento de R\$12.309 em quotas ordinária nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC na data de 31 de julho de 2018.

Aumento de capital social – SL Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“SLA”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 03 de setembro de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da SLA, passando de R\$35.470 para o montante atual de R\$49.082, tendo um aumento de R\$13.612 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social – Rio Grande Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. (“RGA”)

De acordo com a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 03 de setembro de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da RGA, passando de R\$11.435 para o montante atual de R\$31.463, tendo um aumento de R\$20.028 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

Aumento de capital social – São Carlos Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda. (“São Carlos”)

Conforme a 7ª Alteração do Contrato Social instituída em 03 de setembro de 2018, os sócios decidiram aumentar o capital social da São Carlos, passando de R\$10 para o montante atual de R\$8.959, tendo um aumento de R\$8.949 em quotas ordinária nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à Revita Engenharia S.A. mediante a destinação de valores autorizados como AFAC.

14 Imobilizado

O saldo da controladora é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	9%	7.199	(5.627)	1.572	2.647
Máquinas e equipamentos	5%	14.355	(4.899)	9.456	6.221
Móveis e utensílios	17%	817	(456)	361	537
Equipamentos de informática	22%	951	(730)	221	134
Veículos e equipamentos	5%	22.421	(1.511)	20.910	2190
Aterro e infra em aterros	(*)	25.932	(4.799)	21.133	21.793
Central de triagem	2%	10	(1)	9	9
Imobilizado em andamento		7.637	-	7.637	7.409
Total		79.322	(18.023)	61.299	40.940

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

As mutações do imobilizado de 2018 estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	Saldo 2017	Adição	Baixa	Custo de Fechamento	Saldo 2018
Benfeitorias em bens de terceiros	7.199	-	-	-	7.199
Máquinas e equipamentos	10.453	5.503	(1.601)	-	14.355
Móveis e utensílios	1.178	32	(393)	-	817
Equipamentos de informática	1.055	180	(284)	-	951
Veículos e equipamentos	2.631	20.656	(866)	-	22.421
Aterro e infra em aterros	25.704	-	-	228	25.932
Central de triagem	10	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	7.409	1.540	(1.312)	-	7.637
Total	55.639	27.911	(4.456)	228	79.322

Depreciação	Saldo 2017	Adição	Baixa	Custo de Fechamento	Saldo 2018
Benfeitorias em bens de terceiros	(4.552)	(1.075)	-	-	(5.627)
Máquinas e equipamentos	(4.232)	(1.024)	357	-	(4.899)
Móveis e utensílios	(641)	(89)	274	-	(456)
Equipamentos de informática	(921)	(74)	265	-	(730)
Veículos e equipamentos	(441)	(1.323)	253	-	(1.511)
Aterro e infra em aterros	(3.911)	(660)	-	(228)	(4.799)
Central de triagem	(1)	-	-	-	(1)
Total	(14.699)	(4.245)	1.149	(228)	(18.023)
Total Líquido	40.940	23.666	(3.307)	-	61.299

As mutações do imobilizado de 2017 estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Piauí	Mais valia incorporada	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	7.199	-	-	-	-	-	-	7.199
Máquinas e equipamentos	10.271	372	(253)	-	63	-	-	10.453
Móveis e utensílios	1.219	41	(87)	-	5	-	-	1.178
Equipamentos de informática	1.083	29	(65)	-	8	-	-	1.055
Veículos e equipamentos	465	2.194	(28)	-	-	-	-	2.631
Aterro e infra em aterros	10.677	1.393	-	2.914	10.256	331	133	25.704
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	10.323	-	-	(2.914)	-	-	-	7.409
Total	41.247	4.029	(433)	-	10.332	331	133	55.639

Depreciação	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transferência	Reorganização Piauí	Mais valia incorporada	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	(3.130)	(1.422)	-	-	-	-	-	(4.552)
Máquinas e equipamentos	(3.270)	(1.035)	98	-	(25)	-	-	(4.232)
Móveis e utensílios	(561)	(115)	37	-	(2)	-	-	(641)
Equipamentos de informática	(857)	(111)	52	-	(5)	-	-	(921)
Veículos e equipamentos	(87)	(355)	1	-	-	-	-	(441)
Aterro e infra em aterros	(3.307)	(471)	-	-	-	-	(133)	(3.911)
Central de triagem	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Total	(11.213)	(3.509)	188	-	(32)	-	(133)	(14.699)
Total Líquido	30.034	520	(245)	-	10.300	331	-	40.940

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Tx Média Anual %	2018		2017	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	9%	13.591	(11.306)	2.285	3.661
Máquinas e equipamentos	5%	31.003	(9.105)	21.898	8.430
Móveis e utensílios	17%	2.340	(1.457)	883	1.012
Equipamentos de informática	22%	2.610	(1.970)	640	369
Veículos e equipamentos	5%	40.506	(18.610)	21.896	6.524
Aterro e infra em aterros	(*)	63.090	(31.940)	31.150	38.452
Central de triagem	2%	10	(1)	9	9
Imobilizado em andamento		19.470	-	19.470	9.697
Redução por avaliação de imparidade		(12.013)	-	(12.013)	(17.739)
Total		160.607	(74.389)	86.218	50.415

As mutações do imobilizado de 2018 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	Saldo 2017	Adição	Baixa	Transfêrencia	Reversão de perda		Saldo 2018
					do valor recuperável	Custo de Fechamento	
Benfeitorias em bens de terceiros	13.591	-	-	-	-	-	13.591
Máquinas e equipamentos	16.411	16.498	(1.973)	67	-	-	31.003
Móveis e utensílios	2.649	238	(547)	-	-	-	2.340
Equipamentos de informática	2.793	553	(736)	-	-	-	2.610
Veículos e equipamentos	20.594	20.778	(866)	-	-	-	40.506
Aterro e infra em aterros	59.325	-	-	(320)	-	4.085	63.090
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	9.697	12.087	(1.312)	(1.002)	-	-	19.470
Perda ao valor recuperável (a)	(17.739)	-	-	-	5.726	-	(12.013)
Total	107.331	50.154	(5.434)	(1.255)	5.726	4.085	160.607

Depreciação	Saldo 2017	Depreciação	Baixa	Transfêrencia	Reversão de perda		Saldo 2018
					do valor recuperável	Custo de Fechamento	
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.930)	(1.376)	-	-	-	-	(11.306)
Máquinas e equipamentos	(7.981)	(1.701)	577	-	-	-	(9.105)
Móveis e utensílios	(1.637)	(218)	398	-	-	-	(1.457)
Equipamentos de informática	(2.424)	(231)	685	-	-	-	(1.970)
Veículos e equipamentos	(14.070)	(4.793)	253	-	-	-	(18.610)
Aterro e infra em aterros	(20.873)	(6.982)	-	-	-	(4.085)	(31.940)
Central de triagem	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Total	(56.916)	(15.301)	1.913	-	-	(4.085)	(74.389)
Total Líquido	50.415	34.853	(3.521)	(1.255)	5.726	-	86.218

As transferências referem-se à controlada Guamá que retornou com os materiais não aplicados nos imobilizados para o estoque.

As mutações do imobilizado de 2017 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Imobilizado	Saldo 2016	Adição	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Redução por avaliação de imparidade	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Máquinas e equipamentos	24.266	644	(8.474)	-	(25)	-	-	16.411
Móveis e utensílios	2.696	199	(244)	-	(2)	-	-	2.649
Equipamentos de informática	3.238	137	(577)	-	(5)	-	-	2.793
Veículos e equipamentos	23.380	2.195	(4.981)	-	-	-	-	20.594
Aterro e infra em aterros	44.708	9.694	-	3.323	-	-	1.600	59.325
Central de triagem	10	-	-	-	-	-	-	10
Imobilizado em andamento	11.989	1.143	(112)	(3.323)	-	-	-	9.697
Perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(17.739)	-	(17.739)
Total	125.964	14.012	(16.474)	-	(32)	(17.739)	1.600	107.331

Depreciação	Saldo 2016	Depreciação	Baixa	Transfêrencia	Reorganiz Societária	Redução por avaliação de imparidade	Custo de Fechamento	Saldo 2017
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.583)	(2.433)	2.086	-	-	-	-	(9.930)
Máquinas e equipamentos	(14.031)	(1.857)	7.882	-	25	-	-	(7.981)
Móveis e utensílios	(1.473)	(299)	133	-	2	-	-	(1.637)
Equipamentos de informática	(2.681)	(284)	536	-	5	-	-	(2.424)
Veículos e equipamentos	(14.997)	(3.903)	4.830	-	-	-	-	(14.070)
Aterro e infra em aterros	(12.912)	(6.361)	-	-	-	-	(1.600)	(20.873)
Central de triagem	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Total	(55.678)	(15.137)	15.467	-	32	-	(1.600)	(56.916)
Total Líquido	70.286	(1.125)	(1.007)	-	-	(17.739)	-	50.415

As transferências referem-se a imobilizados em andamento encerrados, transferências para o intangível e reclassificações entre contas para melhor apresentação.

Os custos de fechamento e monitoramento de aterros refere-se ao Aterro Inertes Salvador.

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval do Grupo Revita. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos através da alienação fiduciária dos bens em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$22.693 (R\$3.593 em 2017).

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários.

Redução de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O Grupo Revita avalia a recuperabilidade dos ativos com data base em 31 de outubro, anualmente, ou quando existir um indicativo de desvalorização. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Revita verificou a existência de indicativos de não recuperabilidade na controlada Guamá Tratamento de Resíduos avaliados através do valor em uso determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC, sendo identificado a necessidade de reconhecimento de perda total dos ativos por desvalorização para as UGCs do aterro de Marituba. Em 2018 a controlada Guamá efetuou a reversão de acordo com a evolução da depreciação no montante de R\$5.726. Até o momento não ocorreu complemento de perda de impairment.

Os indicativos de desvalorização identificados para os ativos listados acima, foram principalmente: (i) prejuízos futuros no fluxo de caixa descontado (ii) não haver mensuração do valor comercial do ativo; (iii) andamento das obras inerentes a recuperação das lagoas de chorume.

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentados como segue:

- Projeção até 2024 (final do contrato);
- Preço médio por tonelado de resíduo aproximadamente R\$73,00;
- Volume médio de resíduos de aproximadamente 547.000 ton/ano; e
- Taxa de deconconto de 10,03%

15 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

Custo do Intangível	Tx Média anual em %	Custo	Amortização	2018	2017
Aterro e infra em aterros	(*)	154.868	(120.979)	33.889	52.677
Infraestrutura em transbordos	10%	7.463	(6.403)	1.060	1.226
Destinação	10%	63	-	63	63
Benfeitorias em bens de terceiros	34%	3.176	(2.035)	1.141	1.337
Máquinas e equipamentos	20%	10.010	(7.873)	2.137	2.604
Veículos e equipamentos	20%	7.783	(6.350)	1.433	1.812
Intangível em andamento		13.360	-	13.360	7.193
Licença e direito de uso	3%	6.651	(104)	6.547	6.570
Software	20%	757	(681)	76	148
<i>Ágio por expectativa de rentabilidade futura:</i>					
Piauí Ambiental		10.122	-	10.122	10.122
Total		214.253	(144.425)	69.828	83.752

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do intangível de 2018 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

Custo do Intangível	Saldo 2017	Adição	Baixa	Transfêrencia	Custo de Fechamento	Saldo 2018
Aterro e infra em aterros	147.095	-	-	5.144	2.629	154.868
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	7.463
Destinação	63	-	-	-	-	63
Benfeitorias em bens de	3.176	-	-	-	-	3.176
Máquinas e equipamentos	17.532	-	-	-	-	17.532
Veículos e equipamentos	7.832	318	(3.008)	(4.832)	-	310
Intangível em andamento	7.193	189	(238)	-	-	7.144
Licenças e direitos de uso	6.651	6.468	-	(301)	-	12.818
Software	782	-	-	-	-	782
		-	-	-		
<i>Ágio (Goodwill)</i>						
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	10.122
Total	207.909	6.981	(3.277)	11	2.629	214.253
Amortização	Saldo 2017	Amortização	Baixa	Transfêrencia	Custo de Fechamento	Saldo 2018
Aterro e infra em aterros	(94.418)	(19.120)	-	(4.812)	(2.629)	(120.979)
Infraestrutura em transbordos	(6.237)	(166)	-	-	-	(6.403)
Benfeitorias em bens de	(1.839)	(196)	-	-	-	(2.035)
Máquinas e equipamentos	(14.928)	(593)	2.836	4.812	-	(7.873)
Veículos e equipamentos	(6.020)	(568)	238	-	-	(6.350)
Licença e direito de uso	(81)	(23)	-	-	-	(104)
Software	(634)	(77)	30	-	-	(681)
Total	(124.157)	(20.743)	3.104	-	(2.629)	(144.425)
Total Líquido	83.752	(13.762)	(173)	11	-	69.828

As mutações do intangível de 2017 consolidado estão demonstradas conforme a seguir:

<u>Custo do Intangível</u>	<u>Saldo 2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transfêrencia</u>	<u>Amortização do goodwill</u>	<u>Custo de Fechamento</u>	<u>Saldo 2017</u>
	(Reapresentado)						
Aterro e infra em aterros	134.078	2.296	-	8.447	-	2.274	147.095
Infraestrutura em transbordos	7.463	-	-	-	-	-	7.463
Destinação	68	-	-	(5)	-	-	63
Benfeitorias em bens de	3.168	8	-	-	-	-	3.176
Máquinas e equipamentos	17.602	230	(300)	-	-	-	17.532
Veículos e equipamentos	9.128	452	(1.748)	-	-	-	7.832
Intangível em andamento	13.203	2.432	-	(8.442)	-	-	7.193
Licenças e direitos de uso	6.651	-	-	-	-	-	6.651
Software	833	-	(51)	-	-	-	782
<i>Ágio (Goodwill)</i>							
Inova	9.587	-	-	-	(9.587)	-	-
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	-	10.122
SBC	2.415	-	-	-	(2.415)	-	-
Total	214.318	5.418	(2.099)	-	(12.002)	2.274	207.909

<u>Amortização</u>	<u>Saldo 2016</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transfêrencia</u>	<u>Amortização do goodwill</u>	<u>Custo de Fechamento</u>	<u>Saldo 2017</u>
Aterro e infra em aterros	(76.089)	(16.055)	-	-	-	(2.274)	(94.418)
Infraestrutura em transbordos	(5.953)	(284)	-	-	-	-	(6.237)
Benfeitorias em bens de	(1.616)	(223)	-	-	-	-	(1.839)
Máquinas e equipamentos	(14.422)	(806)	300	-	-	-	(14.928)
Veículos e equipamentos	(6.933)	(763)	1.676	-	-	-	(6.020)
Licença e direito de uso	(58)	(23)	-	-	-	-	(81)
Software	(546)	(122)	34	-	-	-	(634)
Total	(105.617)	(18.276)	2.010	-	-	(2.274)	(124.157)
Total Líquido	108.701	(12.858)	(89)	-	(12.002)	-	83.752

- (a) O Grupo Revita transferiu para investimentos os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) relacionados a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, em atendimento à interpretação técnica ICPC09 (R2). Esta reclassificação não impactou resultado.

Em 2017, as controladas Inova e SBC encerraram os respectivos contratos de prestação de serviço relacionados à órgão público, que foram base de mensuração do ágio sobre rentabilidade futura. A Administração avaliou a necessidade da baixa dos respectivos ágios, uma vez que a vida finita da rentabilidade futura foi atingida em decorrência do encerramento dos contratos. O montante baixado foi de R\$9.587 para Inova e R\$2.415 para SBC, respectivamente.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2018, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que o ativo pudesse ter sofrido desvalorização e julgou não ser necessária a realização do teste de imparidade em todas as subsidiárias do Grupo Revita, face à certeza de recuperabilidade dos ativos prevista no planejamento orçamentário dos próximos 5 (cinco) anos.

O teste de *impairment* foi realizado por empresa especializada nas subsidiárias causadoras de ágios quando da aquisição de empresas. O teste foi também realizado em algumas empresas que apresentavam prejuízo fiscal no exercício. O teste de *impairment* dos ativos e dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio, que inclui o Grupo Revita, foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2018.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que o Grupo Revita espera obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa do Grupo Revita.

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

O período projetivo do teste foi de 5 (cinco) anos, ou de acordo com o prazo de vigência do contrato, quando se tratar de empresa com propósito específico.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Impostos Diretos: Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.

Taxa de Desconto: Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01. As taxas de desconto WACC foram calculadas por unidade geradora de caixa e variam de 7,14% a 10,03%.

Projeções: A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2018 a 2024 e de 2025 em diante, quando aplicável, foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de impairment, nenhuma das unidades de negócio das subsidiárias do Grupo Revita apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda ao valor recuperável. Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores		20.514	13.716	61.613	60.538
Partes relacionadas	30	13.524	3.840	20.549	22.596
Credores diversos		7.854	448	8.390	1.145
		41.892	18.004	90.552	84.279
Circulante		41.877	17.989	90.537	84.264
Não circulante		15	15	15	15

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo Revita a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº09.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Finame e Leasing	Pré-fixado de 4,00% a.a. a 12,12% a.a.	Jan/2019 a Abr/2022	1.556	4.295	3.135	7.758
Conta garantida e Crédito Direto ao Consumidor - CDC	Pré-fixado de 12,82% a.a. a 15,95% a.a.	Dez/2021 a Nov/2023	21.962	40.458	22.502	40.458
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a. a 3,05% a.a. e TR de 14,3% a.a.	Mai/2019 a Set/2021	65.263	97.381	65.863	160.030
BNDES	Pré-fixado de 3,40% a.a. a 11,40% a.a. ECM + 4,30% a.a. TJLP + 5,30% a.a.	Jul/2019 a Abr/2023	29.959	13.578	43.134	36.972
Total			118.740	155.712	134.634	245.218
Circulante			47.676	75.337	61.540	106.394
Não circulante			71.064	80.375	73.094	138.824

Em 22 de dezembro de 2016, o Grupo Revita firmou, através de sua Controladora Solví Participações S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A., e China Construction Bank (Brasil), o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$114.027 e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD20.777, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em março de 2018, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira do Grupo Revita junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm covenants que estabelecem requisitos financeiros que devem ser cumpridos.

Os índices dos covenants do Grupo Revita, estabelecidos pelo BNDES são compostos conforme demonstrados a seguir:

Covenants Financeiros (BNDES - Facility)

1) Margem EBITDA

>= **16%** EBITDA / Receita Operacional Líquida

2) Dívida Líquida / EBITDA

\sum (Empréstimos e Financiamentos + Impostos Parcelados + Dívida Previdenciária – Disponibilidades) / EBITDA

3) Cobertura do Serviço da Dívida

EBITDA / Juros e Amortizações a Pagar decorrentes dos itens constantes da definição do endividamento líquido total

>= **1,6**

A Revita mantém em seus contratos firmados com o BNDES garantias e covenants, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos contratos estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto o índice de cobertura do serviço da dívida total, cuja relação EBITDA / ICSD deve ser igual ou superior a 1,6. O não atingimento deste índice está previsto na Cláusula Décima, Parágrafo Terceiro: “O descumprimento, pela BENEFICIÁRIA, de qualquer obrigação constante no inciso X da presente cláusula ficará caracterizado quando verificado por no mínimo 02 (dois) semestres consecutivos, ou ainda por 02 (dois) semestre não consecutivos dentro de um período de 24 meses”. Esse foi o primeiro semestre em que tal índice não foi atingido nos últimos 24 meses pela Companhia.

Os financiamentos na modalidade Finame estão vinculados a garantias fiduciárias e fidejussórias, com aval das empresas Revita Engenharia S.A. e Solví Participações S.A.

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora na proporção de sua participação societária.

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	22.677	-	48.355
2020	33.329	27.373	35.125	44.681
2021	25.891	27.158	26.088	42.621
2022	8.278	2.398	8.314	2.398
2023	3.566	769	3.566	769
Total	71.064	80.375	73.094	138.824

Movimentação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Saldo Inicial	Captção	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDES	13.578	20.000	1.796	(1.747)	(3.668)	29.959
CAPITAL DE GIRO	97.381	61.985	13.488	(16.304)	(91.287)	65.263
CONTA GARANTIDA	40.458	-	2.502	(2.959)	(40.000)	-
CDC	-	21.958	474	(231)	(239)	21.962
FINAME	4.274	-	163	(188)	(2.692)	1.557
LEASING	21	-	15	(1)	(35)	-
Total	155.712	103.943	18.438	(21.430)	(137.921)	118.740

Consolidado	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDDES	36.972	21.342	4.107	(3.896)	(15.391)	43.134
CAPITAL DE GIRO	160.031	61.985	15.857	(23.661)	(148.349)	65.863
CDC	-	22.583	541	(294)	(328)	22.502
CONTA GARANTIDA	40.458	-	2.502	(2.960)	(40.000)	-
FINAME	7.737	-	298	(329)	(4.571)	3.135
LEASING	21	-	15	(1)	(35)	-
Total	245.219	105.910	23.320	(31.141)	(208.674)	134.634

18 Debêntures e notas promissórias

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Debêntures (a)	2.793	22.329
Notas promissórias (b)	3.875	6.050
	6.668	28.379

a. Composição das debêntures

	Série	Controladora e Consolidado	
		Emissão	Valor
Revita Engenharia S.A.	Única	05/12/2013	70.000
			70.000

Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Passivo circulante	2.793	22.329

b. Movimentação das debêntures

	Saldo Inicial	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
Debêntures	22.329	1.177	(1.251)	(19.462)	2.793

Em 05 de dezembro de 2013, o Grupo Revita emitiu em série única de 70 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000 totalizando uma captação de R\$70.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Scotiabank Brasil S.A., coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% do CDI acrescidas de um spread de 2,25% ao ano over.

A amortização é semestral a partir de 16 de junho de 2014 para a parcela de juros e a partir de 16 de dezembro de 2014 para amortização do valor nominal unitário. O vencimento final da operação ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.

Cláusulas restritivas (covenants)

Exige-se a observação do cumprimento dos índices: IA - Índice de Alavancagem, que é apresentado através do cálculo de dívida líquida dividido pelo EBTIDA, e o resultado deve ser inferior a 3,05 e também de Cobertura de Juros que é apresentado através do cálculo de EBTIDA dividido pelas despesas financeiras líquidas, e o resultado deve ser superior a 1,75 .

As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures são garantidas por fiança concedida pela controladora final Solví Participações S.A.

c. Composição das notas promissórias

Em 29 de agosto de 2016 foi emitido 10 (dez) notas promissóras no valor R\$605 cada, totalizando o valor de R\$6.050 para pagamento à vista a cada nota promissória emitida. Em 2018, ocorreu a quitação do valor de R\$2.175.

	Saldo Inicial	Pgto Principal	Saldo Final
Notas pomissórias	6.050	(2.175)	3.875

Nos termos dos artigos 34 e 77 da lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo decreto nº57.663 de 24/01/1966, fica expressamente ajustada a prorrogação do prazo de apresentação para pagamento desta nota promissória pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

19 Salários, benefícios e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários	2.557	3.040	8.411	11.802
Encargos trabalhistas	10.692	2.748	14.787	8.369
Férias	2.379	9.967	16.242	30.892
Participação nos resultados	3.724	5.663	8.657	11.761
	19.351	21.418	48.097	62.824

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderiram, o Grupo Revita têm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado de contribuição definida conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$89 (R\$122 em 2017) no consolidado, os quais foram reconhecidos diretamente no resultado

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, no valor consolidado de R\$8.657 (R\$11.761 em 2017).

20 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contingências (a)	15.695	8.880	30.271	31.014
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	1.243	1.015	25.368	18.654
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	-	-	18.647	34.000
	16.938	9.895	74.286	83.668

a. Provisão para contingências

O Grupo Revita é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

As mutações das contingências do consolidado estão demonstradas conforme segue:

	Controladora			Total
	Cível	Trabalhista	Honorários	
Saldo 31/12/2017	128	7.852	900	8.880
Compensação de depósitos judiciais - 2017	-	4.222	-	4.222
Adições	146	8.788	-	8.934
Reversão	(124)	(2.576)	-	(2.700)
Total sem compensação judicial	150	18.286	900	19.336
Depósitos judiciais	-	(3.641)	-	(3.641)
Saldo 31/12/2018	150	14.645	900	15.695

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Honorários	Total
Saldo 31/12/2016	3.179	13.767	900	17.846
Compensação de depósitos judiciais - 2016	8	4.844	-	4.852
Adições	6.858	22.536	6.652	36.046
Reversão	(3.693)	(10.834)	(5.000)	(19.527)
Total sem compensação judicial	6.352	30.313	2.552	39.217
Depósitos judiciais	(1)	(8.202)	-	(8.203)
Saldo 31/12/2017	6.351	22.111	2.552	31.014
Compensação de depósitos judiciais - 2017	1	8.202	-	8.203
Adições	791	14.567	314	15.672
Reversão	(2.111)	(9.092)	(1.716)	(12.919)
Pagamentos	(3.715)	(324)	(210)	(4.249)
Total sem compensação judicial	1.317	35.464	940	37.721
Depósitos judiciais	(22)	(7.428)	-	(7.450)
Saldo 31/12/2018	1.295	28.036	940	30.271

Em 2018 o Grupo Revita efetuou pagamentos de contingências no montante de R\$4.249 (R\$4.439 em 2017).

b. Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

O Grupo Revita reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários no montante consolidado de R\$25.638 (R\$18.654 em 2017). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juro de 14,96% ao ano (14,6% em 2017). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Obrigações para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras intermediárias, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade com o IAS 37 (CPC 25). Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a) As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 14,96% (14,6% em 2017); e
- b) As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	1.015	882	18.654	14.780
Provisões constituídas	263	228	7.708	4.310
Reversões/realizações	(35)	(95)	(994)	(436)
Saldo em 31 de dezembro	1.243	1.015	25.368	18.654

c. Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

	Consolidado	
	2018	2017
Recuperação operacional do sistema de aterro		
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	18.120	30.000
Rio Grande Ambiental (b)	-	4.000
São Carlos Ambiental	527	-
Não Circulante	18.647	34.000

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo em inicial	34.000	-
Constituição de provisão	527	34.000
Realização da provisão	(15.880)	-
Saldo final	18.647	34.000

- (a) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional, para fazer frente as contingências ambientais, a controlada Guamá efetuou uma provisão para os gastos iniciais de recuperação da infraestrutura de tratamento de chorume em 2018 no valor de R\$18.120 (R\$30.000 em 2017). A provisão será revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2018. O custo médio de transporte e tratamento foi calculado em R\$ 200,00/m³ com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definido pela empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

- (b) Conforme comentado na nota 1 – Contexto Operacional para fazer frente as contingências ambientais, a controlada RGA efetuou uma provisão de R\$4.000 para os gastos iniciais de recuperação da infraestrutura de tratamento de chorume em 2017. Em 2018 a provisão foi integralmente revertida devido a efetivação das despesas com transportes de chorume.

21 Impostos, taxas e contribuições

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	1.433	2.711	7.506	9.285
PIS	862	1.566	4.384	6.131
Cofins	4.258	14.328	20.335	35.207
Imposto de renda fonte	640	421	1.183	1.086
Parcelamento (a)	9.727	18.651	13.068	26.307
Outros	2.269	1.173	3.237	2.197
Total	19.189	38.850	49.712	80.213
Circulante	10.854	38.850	41.377	80.213
Não circulante	8.335	-	8.335	-

- (a) O Grupo Revita aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária relativo a tributos federais instituído pela Lei 13.496 de 24 de Outubro de 2017, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro 2017 soma R\$26.307, já deduzidos dos descontos de multa e juros concedidos no programa.

O PERT contempla débitos tributários inadimplentes até a data de vencimento 30 de abril de 2017. Em algumas empresas a opção de adesão foi pelo pagamento de 5% da dívida em espécie, dividido em 5 parcelas e quitação de 95% da dívida com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas. Em outras empresas a opção foi o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas, e quitação de 76% com prejuízos fiscais próprios ou de empresas ligadas.

Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP).

22 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Revita possuía registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é como segue:

Revita Engenharia S.A
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais acumulados	-	-	-	55.628
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências (a)	19.336	13.101	34.463	39.217
Provisão para participação nos resultados	3.724	5.663	8.367	11.761
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.824	2.002	3.854	2.015
Provisões para perda de estoque	-	-	-	1.997
Provisão para urbanização de aterro	1.243	1.015	17.759	18.654
Provisões para transporte de chorume	-	-	527	34.000
Perda por imparidade	-	-	-	17.739
RTT	-	-	-	(939)
Estorno de IR/CS contabilizado em exercícios anteriores	-	-	1.909	2.596
Goodwill controlada Piauí	8.098	10.122	8.098	10.122
Mais Valia	(6.869)	(6.869)	(6.869)	(6.869)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(14.269)	(12.272)	(57.497)	(61.115)
Total	15.087	12.762	10.611	124.806
Alíquotas - %	34	34	34	34
Imposto de Renda e contribuição social diferidos, líquidos (a)	5.129	4.339	3.608	42.434
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais (b)	395	87	1.373	(30.477)
Total Imposto de Renda e contribuição social diferidos (a) + (b)	5.524	4.426	4.981	11.957
Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos	5.524	4.426	11.600	17.504
Imposto de Renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	(6.619)	(5.547)

Em 31 de dezembro de 2018, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.940	(15.185)	22.247	25.279
Alíquota nominal do Imposto de Renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com Imposto de Renda e contribuição social	(1.000)	5.163	(7.564)	(8.595)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	2.090	(4.541)	10.588	7.761
Despesas de gratificação, bônus e doações	(138)	(98)	(255)	(387)
Despesas com brindes/multas	(109)	(45)	(128)	(85)
Provisão para o não-reconhecimento do IR diferido sobre prejuízo fiscal e diferimento temporário	388	(2)	(12.818)	(25.223)
Lucro da exploração	-	-	341	1.204
Participação dos resultados	-	(287)	-	(437)
Estorno de crédito prescrito de Pis e Cofins referente 2013	-	(1.072)	-	(1.072)
IR/CS Diferido - Adesão ao Programa de Regularização Tributária	-	-	-	4.441
Baixa de ágios de contratos encerrados	-	(4.040)	-	(7.213)
Regularização alíquota efetiva para 15,25%	-	-	-	(674)
Outras	23	958	552	2.252
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	1.254	(3.964)	(9.284)	(28.028)
Corrente	156	(4.747)	(11.935)	(33.471)
Diferido	1.098	783	1.393	4.239
Lucro da exploração	-	-	1.258	1.204

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme as Atas de Assembleia Geral Extraordinária instituídas em 10 de abril de 2018 e 31 de dezembro de 2018, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$234.678 para o montante atual de R\$252.373, tendo um aumento de R\$17.695. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a assunção de dívida celebrada com a Solví Participações S.A., a conversão de crédito de mútuo por ela detido. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 estava representado por 252.373.189 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada uma, perfazendo um total de R\$252.373 registrado na rubrica “Capital social”.

b. Dividendos

O estatuto do Grupo Revita estabelece a distribuição de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Fundamentado no Artigo 202 § 4º da legislação societária. Os dividendos mínimos não serão distribuídos no exercício corrente por serem incompatíveis com a atual situação financeira do Grupo Revita.

Em 2017 a Administração da Companhia optou pela distribuição de R\$40.000 de parte da reserva de retenções de lucros.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações feitas pela Lei 11.638/07, e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

24 Receitas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cientes públicos	228.745	209.954	817.432	1.042.760
Cientes privados	27.840	48.438	22.195	23.624
Total receita de serviços (a)	256.585	258.392	839.628	1.066.384
Receita de construção	-	-	7.026	5.422
Biogás	-	-	5.521	5.997
Total receita bruta	256.585	258.392	852.175	1.077.803
Deduções sobre as vendas				
ISS	(11.932)	(12.199)	(41.728)	(53.709)
PIS	(4.230)	(4.263)	(13.455)	(17.433)
COFINS	(19.485)	(19.638)	(61.980)	(80.301)
ICMS	(42)	(6)	(46)	(14)
Total de deduções sobre as vendas	(35.689)	(36.106)	(117.209)	(151.457)
Receita Líquida	220.896	222.286	734.966	926.346

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de três obrigações de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6c:

- Coleta de resíduos – 45%;
- Limpeza Pública – 39%; e
- Destinação final em Aterro – 6%.

A receita reconhecida com relação à construção representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto nos contratos de concessão em 2018 são como seguem:

<u>Empresa</u>	<u>Receita de</u>	<u>Custo de</u>	<u>Lucro</u>
	<u>construção</u>	<u>construção</u>	<u>bruto</u>
<i>Battre - Bania Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	5.505	(5.505)	-
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda</i>	60	(60)	-
<i>São Carlos Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda</i>	1.461	(1.461)	-
Total	7.026	(7.026)	-

25 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	(105.234)	(97.194)	(331.733)	(380.457)
Aluguel	(32.565)	(40.850)	(107.827)	(126.459)
Depreciações	(4.120)	(3.387)	(35.695)	(32.967)
Materiais aplicados nos serviços	(21.731)	(19.051)	(72.585)	(70.574)
Serviços de terceiros (a)	(17.036)	(10.107)	(101.115)	(127.927)
Créditos fiscais	8.356	7.886	30.193	33.085
Custo de bens reversíveis	-	-	(7.026)	(5.422)
Outros custos de produção	(7.005)	(7.120)	(7.472)	(23.091)
Total	(179.335)	(169.823)	(633.258)	(733.812)

- (a) Os principais serviços de terceiros estão relacionados a coleta e transporte de resíduos, destinação de resíduos em aterros sanitários e manutenção dos veículos.

26 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(3.231)	-	(3.311)	(8)
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	383	417	383	1.202
Patrocínios, brindes e doações	(297)	(157)	(358)	(239)
Propaganda e publicidade	(81)	(686)	(1.320)	(1.902)
Outros	(310)	(71)	(646)	(590)
Total	(3.536)	(497)	(5.251)	(1.537)

- (a) Conforme descrito na nota explicativa nº6a(i), com a adoção do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o reconhecimento das perdas de créditos incorridas passaram a ser realizadas com base na taxa de inadimplência histórica de cada cliente, e adicionalmente, passamos a reconhecer a perda esperada de créditos, conforme requerido pela nova norma. Os efeitos da adoção, conforme abordado anteriormente, foram reconhecidos diretamente no resultado da Companhia haja visto a baixa materialidade dos impactos em 1º de janeiro de 2018.

27 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração direta mão de obra	(12.412)	(11.881)	(24.895)	(27.283)
INSS	(2.266)	(1.994)	(4.401)	(4.878)
FGTS	(632)	(575)	(1.211)	(1.363)
Benefícios	(1.451)	(1.144)	(3.725)	(4.150)
Alugueis	(282)	(281)	(5.054)	(5.927)
Depreciação	(159)	(165)	(350)	(446)
Serviços de terceiros (a)	(9.714)	(6.586)	(38.437)	(38.505)
Tributos, seguros e contribuições	(1.274)	(491)	(5.760)	(4.498)
Viagens e estadias	(1.383)	(341)	(1.560)	(601)
Outros	(746)	(251)	(6.215)	(6.594)
Total	(30.319)	(23.709)	(91.608)	(94.245)

- (a) Os principais serviços referem-se a planejamento e gestão estratégica e acompanhamento aos estudos, gerenciamento e fiscalização de obras e serviços.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita (despesas) de aluguel	8	6	8	6
Resultado venda de imobilizado (a)	3.988	5	3.757	540
Resultado de investimentos (b)	-	(9.332)	-	(14.634)
Receitas eventuais	-	44	89	256
Total receitas	3.996	(9.277)	3.854	(13.832)
Despesas e provisões contingenciais	(3.105)	(5.574)	8.551	(17.528)
Patrocínio	(138)	(165)	(426)	(1.106)
Multa Contratual	(653)	(70)	(4.264)	(267)
Perda por redução ao valor recuperável (c)	-	-	-	(17.739)
Estorno de crédito de PIS e COFINS sobre insumos (d)	-	(3.152)	-	(3.152)
Outras despesas e receitas	(1.120)	(1.338)	(1.502)	(3.226)
Total despesas	(5.016)	(10.299)	2.359	(43.018)
Total	(1.020)	(19.576)	6.213	(56.850)

- (a) Em 2018 o Grupo Revita realizou a venda de veículos seguindo o plano de segregação de ativos definido pela a controladora Solví Participações S.A.;
- (b) Em 2017 o Grupo Revita efetuou a baixa do Goodwill detido nas controladas Inova e SBC, devido ao término dos contratos junto as Prefeituras de São Paulo e São Bernardo do Campo;
- (c) Em 2017 a controlada Guamá, reconheceu a baixa de R\$17.739 de ativos em decorrência da perda por redução ao valor recuperável por intermédio do ocorrido na Operação Gramacho, conforme descrito na nota explicativa nº1; e
- (d) Em 2017 a Companhia realizou a baixa de R\$3.152 inerentes a créditos de PIS e COFINS sobre insumos que foram prescritos por serem anteriores a 2013.

29 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Receitas juros sobre contratos de mútuo	16.534	21.364	9.842	17.643
Varição monetária	152	34	203	171
Rendimentos sobre aplicações financeiras	101	142	2.708	5.458
Juros recebidos e descontos obtidos	2.076	1.605	5.786	6.834
	18.863	23.145	18.539	30.106
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(4.486)	(3.800)	(4.900)	(5.857)
Despesas bancárias	(420)	(199)	(655)	(448)
Despesas com juros e descontos concedidos	(2.916)	(1.913)	(5.624)	(18.377)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(1.618)	(4.502)	(1.146)	(2.465)
Despesas multas e moras financeiras	(2.611)	(224)	(3.178)	(2.819)
Tributos sobre movimentações financeiras	(2.263)	(1.758)	(3.897)	(2.956)
Juros sobre financiamento	(14.441)	(21.260)	(19.056)	(34.633)
	(28.755)	(33.656)	(38.456)	(67.555)
TOTAL GERAL	(9.892)	(10.511)	(19.917)	(37.449)

30 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O Grupo Revita pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável um total de R\$13.266 (R\$16.917 em 2017).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

a. Controladora

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 são demonstrados como segue:

Revita Engenharia S.A
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Controladora

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	4.245	39.797	413	564	(4.022)	(3.648)
<i>Instituto Solví</i>	-	-	7	37	-	-
<i>Servy Patrimonial</i>	-	-	32	32	-	-
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	52	82	-	-	-	-
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	6	1.322	-	-	-	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	255	16	38	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	587	587	697	570	-	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	40	1.777	-	-	4.785	16.361
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	1.290	262	1.775	(592)	(4.886)
<i>Riograndense Partic. S/A</i>	49	348	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	732	259	12	21	3.817	2.967
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.191	656	-	-	664	808
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	3.240	293	-	-	3.172	3.471
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	737	596	-	-	859	879
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	10	30	-	-	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	68	81	-	-	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	489	1.551	-	-	111	1.030
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	-	-	153	356	(9)	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	1.627	1.687	-	-	-	1.605
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	51	47	-	-	-	-
<i>Consórcio Salvador Ambiental - SOTERO</i>	2.404	-	7.576	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	103	98	1.815	14	78	-
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	91	90	-	-	876	867
<i>Termoverde Caieiras Ltda.</i>	538	404	18	-	2.218	866
<i>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.</i>	1.156	226	7	7	4.355	4.172
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda</i>	9	4.785	102	2	1.485	4.771
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	198	136	-	-	693	665
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	20	307	-	72	-	-
<i>Outros</i>	231	249	157	16	92	4
	18.129	56.714	11.289	3.466	18.582	29.932
JCP:						
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	-	-	2.220	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	-	359	-	-
<i>Abrantes Ambiental Ltda.</i>	111	111	-	-	-	-
	111	111	2.220	359	-	-
Serviços prestado (longo prazo):						
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	8.649	-	-	-	-
	-	8.649	-	-	-	-
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	15	15	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	22.407	5.768	-	-	-	-
	22.407	5.768	15	15	-	-

Revita Engenharia S.A
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Mútuos:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	120.762	2.223	105	7.156	10.513
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-	1.772	-	-	(45)	98
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.129	403	-	2.182	(39)	374
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	94	-	-	-	(78)	(1.041)
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	4.609	7	-	-	(183)	(351)
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	400	-	-	-	9	26
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	935	5.539	-	-	510	615
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	21.644	19.327	-	-	2.361	2.389
<i>Farroupilha - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	355	9	-	105	19	(15)
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	7.703	-	-	-	213	25
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	-	25.872	-	-	6.043	2.466
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	-	-	(285)	(459)
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	-	-	14.021	-	(556)	226
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	(104)	(548)
<i>SBC Valorização de Resíduos Ltda</i>	-	-	-	2.668	(29)	(1.282)
<i>Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.</i>	-	-	2.690	-	(94)	(83)
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	-	-	-	-	3.774
<i>Outros</i>	-	-	2	1	(2)	108
	36.869	173.691	18.936	5.061	14.896	16.835
Circulante	18.240	56.825	13.509	3.825		
Não circulante	59.276	188.108	18.951	5.076		
Total	77.516	244.933	32.460	8.901	33.478	46.767

b. Consolidado

Os saldos e as transações entre o Grupo Revita, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados abaixo. As transações entre o Grupo Revita e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Revita Engenharia S.A
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017

Consolidado

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Serviços prestados:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	4.245	39.798	847	1.064	(9.678)	(9.762)
<i>Manaus Ambiental S.A.</i>	-	82	-	-	-	-
<i>Solví Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	6	1.322	-	-	-	-
<i>Essencis Soluções Ambientais S.A.</i>	255	16	56	-	-	-
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	-	-	762	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	592	587	697	570	-	-
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	34	725	162	536	-	(40)
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	796	-	-	30	(147)
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	1.290	1.025	2.587	(9.229)	(14.470)
<i>Riograndense Partic. S/A.</i>	49	348	-	-	-	-
<i>Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	169	64	12	-	-	617
<i>Viasolo Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.202	667	-	-	664	808
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga</i>	3.240	293	52	-	2.902	3.471
<i>São Carlos Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	66	38	-	-	-	-
<i>SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	12	12	-	-	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	2.254	103	-	1	-	-
<i>Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.</i>	20	80	-	-	(38)	-
<i>Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda.</i>	217	543	-	-	-	379
<i>Hera Ambiental S.A.</i>	68	65	-	10	-	-
<i>Consórcio Salvador Ambiental - SOTERO</i>	2.420	-	7.576	-	-	-
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	205	713	2.050	268	728	-
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	1.182	532	242	1.299	6.396	6.864
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	538	404	18	-	2.218	866
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	1.162	232	7	13	4.355	4.172
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	198	303	102	-	133	-
<i>Águas Claras Ambiental Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda</i>	88	88	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	20	397	81	72	(518)	(85)
<i>Lara Central de Tratamento</i>	-	-	4.569	10.729	(11.544)	(24.090)
<i>Paulitec</i>	-	-	-	2.660	(21.051)	(21.832)
<i>Vital Engenharia Ambiental</i>	-	-	-	2.946	(6.048)	(26.413)
<i>Outros</i>	323	257	198	94	115	64
	18.563	49.755	1.846	22.849	(40.565)	(79.598)
JCP:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	-	-	2.079	-	-	-
	-	-	2.079	-	-	-

Revita Engenharia S.A
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
AFAC:						
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	-	-	15	15	-	-
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	22.407	5.768	-	-	-	-
	22.407	5.768	15	15	-	-
Mútuos:						
<i>Solví Participações S.A.</i>	1.189	124.513	2.223	-	7.386	10.513
<i>Compañia de Inversiones Ambientales S.A.</i>	-	1.772	-	-	(45)	98
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.129	622	(15)	2.182	(38)	375
<i>Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR</i>	94	-	-	-	(78)	(1.041)
<i>Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda.</i>	21.644	19.327	-	-	2.357	2.389
<i>Termoverde Salvador S.A.</i>	-	-	-	-	(285)	(459)
<i>Termoverde Caieiras S.A.</i>	-	-	14.041	-	(556)	226
<i>Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	(104)	(548)
<i>SBC Valorização de Resíduos S.A.</i>	-	-	-	-	-	(102)
<i>Consórcio SBC Ambiental</i>	394	-	2.117	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	-	295	-	-	1	3.775
<i>Outros</i>	20	20	21	105	(193)	(76)
	24.470	146.549	18.387	2.287	8.445	15.150
Circulante	18.563	49.755	20.535	25.105		
Não circulante	46.877	160.966	18.402	2.302		
Total	65.440	210.721	38.937	27.407	(32.120)	(64.448)

c. *Mútuos*

Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a.a. a 10% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento até Fevereiro/2023, podendo ser prorrogado.

Movimentação dos mútuos a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>5.060</u>	<u>2.287</u>
Captação	107.762	73.142
Juros	1.616	1.141
Pagamento de juros	(263)	(212)
Pagamento do principal	(89.673)	(52.461)
Movimentos relacionados a capital	(5.778)	(5.064)
Pagamento de encargos	212	(446)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>18.936</u>	<u>18.387</u>

31 Passivos contingentes

O Grupo Revita é parte em diversos processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração do Grupo Revita e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações. Em 2018, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, descritas na nota explicativa nº20, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Revita com prognóstico estimado de perdas possíveis, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$5.056 (R\$19.198 em 2017).

Os principais processos com estimativa de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2018 são os abaixo relacionados, os quais, na avaliação dos assessores jurídicos, são de valor envolvido inestimável, dado que são discutidos temas conceituais jurídicos, doutrinários e jurisprudenciais de natureza imensurável:

Companhia	Ação	Descrição
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	Ação Civil Pública – MP-RS - Improbidade Administrativa	Trata-se de ação civil pública promovida pelo MP-RS por supostos atos de improbidade administrativa ao oferecer vantagens aos agentes públicos para viabilizar a formalização do contrato administrativo celebrado em 06/09/2005. A RGA e a Vega, ambas figurando como Réis neste processo, apresentaram a sua defesa prévia. Ato contínuo, aguarda-se o recebimento da carta de citação. Segundo os assessores jurídicos contratados pela RGA, o prognóstico de perda é possível.
SL Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	Ação Civil Pública - Ambiental	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo MP/RS, com o objetivo de ver declarada a nulidade do contrato de concessão dos serviços de limpeza urbana, tratamento e destinação final de resíduos, avençado com o Município de São Leopoldo. A ação foi julgada procedente e a Companhia obteve, perante o STF, decisão monocrática, que tornou sem efeito a decisão que havia declarado nulo o contrato. Ainda pendente julgamento definitivo sobre a causa. Em março/2016, foi julgado novamente o recurso de apelação interposto pela SL Ambiental, que não foi dado provimento. Dessa decisão, foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados. Em julho/2016, a SL Ambiental interpôs o RESP, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A.	Ação Popular - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros	Trata-se de Ação Popular na qual o autor se insurge contra o edital e a Concorrência Pública nº 12/2009, alegando a ocorrência de supostas irregularidades. A Revita já apresentou Contestação, nos autos, e o processo encontra-se em fase de instrução. Em 05/12/2017, as partes foram intimadas para especificarem provas. De acordo com os assessores jurídicos contratados da Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A.	Ação Civil Pública - Concorrência Pública nº 12/2009 - Comarca de Montes Claros	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – Estado do Pará	O Estado do Pará ajuizou a ação civil pública tendo como objeto a indenização em caráter coletivo, bem como, em sede de liminar, pleiteou uma intervenção com a finalidade de estabelecer, provisoriamente, um regime de gestão das operações do aterro sanitário. O pedido foi deferido por meio de liminar. As empresas apresentaram Agravo de Instrumento o qual teve provimento parcial. Paralelamente, as empresas – Revita e Guamá –

		apresentaram a sua contestação, iniciando-se a fase de instrução processual. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Revita Engenharia S.A e Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Ação Civil Pública – Ambiental - Comarca de Belém/PA – MP-PA	O MP-PA ajuizou a ação civil pública com pedido de tutela de urgência, bem como, pleiteou indenização, compensação e obrigações de fazer e não fazer diante de supostas irregularidades na operação do aterro sanitário de Marituba. As empresas-rés já apresentaram a contestação, bem como, interpuseram o recurso de Agravo de Instrumento diante do deferimento da liminar. Aguardamos o recebimento do recurso pelo Relator. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Suposta Supressão Vegetal – MP-PA	O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas Guamá e Revita sob a alegação de que houve supressão vegetal fora do poligonal determinado pela licença ambiental. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA	O MP apresentou denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví e Revita para apurar supostos crimes ambientais cometidos até maio/2016. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. e outros	Ação Penal – Crime Ambiental – Supostos descumprimentos das condicionantes da licença – MP-PA	O MP-PA apresentou a denúncia penal contra as pessoas físicas e jurídicas - Guamá, Solví, Revita e Vega Valorização de Resíduos, sob a alegação de supostos crimes ambientais ocorridos por eventual falha operacional da Guamá no ano de 2015. Estamos na fase de apresentação de respostas à acusação.
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	Ação Civil Pública – Nulidade de Licitação - Comarca de Rio Grande/RS	O MP pleiteia a declaração de nulidade do contato de concessão firmado com a Rio Grande, decorrente da previsão de remuneração por usuário único e pelo período fixo de 20 anos. Em 1ª instância, os pedidos foram julgados procedentes, declarando nulo o contrato firmado por licitação. No TJRS, o recurso interposto pela Rio Grande foi desprovido. Dessa decisão, foi interposto RESP, que foi admitido após a interposição do ARESP. O recurso está concluso com o Min. Relator. Paralelamente, foi intentada a medida cautelar para suspender os efeitos da sentença. A liminar foi deferida e o RESP foi recebido no efeito suspensivo. E junto a medida cautelar, foi apresentada a reclamação constitucional ao STF para pleitear a constitucionalidade do art. 14 da Lei municipal 5877/2004, pois o TJRS não arguiu a inconstitucionalidade em seu Plenário. Essa reclamação não foi conhecida pelo STF e já ocorreu o trânsito em julgado. No mérito, foi monocraticamente negado provimento o RESP interposto pela RGA, sendo apresentado o agravo interno. Contra a Medida Cautelar, em relação à qual foi impetrado RESP julgado prejudicado, foi posteriormente interposto Agravo Interno, o qual não foi provido. O RE foi remetido ao STF e, paralelamente, foi ajuizada uma medida cautelar no STF para suspender os efeitos da sentença, que foi indeferida. Em primeira instância, em outubro/2017, o MP iniciou a execução provisória e requereu a suspensão do contrato

		administrativo em 90 dias. No final de dezembro/2017, foi firmado acordo entre as partes, do qual se aguarda homologação.
Revita Engenharia S/A.	Ação Civil Pública – Sobrejornada – Seção Judiciária de Santa Maria/RS	O MPT pleiteia indenização por conta de sobrejornada habitual, que segundo ele, não foram autorizadas previamente. Houve a instrução processual, com produção de provas documental e testemunhal por parte da empresa. A sentença julgou parcialmente procedente os pedidos, determinando que fossem adequados a jornada de trabalho, conforme pedido do Ministério Público do Trabalho - MPT. Aguardando julgamento do recurso ordinário. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.

32 Cobertura de seguros

O Grupo Revita adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Revita oferecem as coberturas de risco operacional, danos materiais e responsabilidade civil.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros da controladora Revita era composta por:

- Seguro Patrimonial: R\$4.387;
- Responsabilidade Civil: R\$10.000.

33 Contratos de concessão

Conforme disposto pelo ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo Grupo Revita para o cumprimento dos contratos de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere às concessionárias o direito de controle ou de propriedade do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O Grupo Revita têm acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Direitos sobre a infraestrutura

- **Ativo intangível**
O Grupo Revita reconhece um ativo intangível à medida que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

O Grupo Revita registra ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

<u>Ativo Intangível</u>	Tx Média Anual %	2018					Total
		Battre	RGA	SLA	São Carlos Ambiental	SBC	
Aterro e infra em aterros	-	20.117	4.829	-	8.943	-	33.889
Infraestrutura em transbordos	10	1.059	-	-	-	-	1.059
Destinação		63	-	-	-	-	63
Benfeitorias em bens de terceiros	9	146	944	-	49	-	1.139
Máquinas e equipamentos	10	477	1.156	24	481	-	2.138
Veículos e equipamentos	20	18	901	15	497	-	1.431
Intangível em andamento	-	6.622	511	-	3.529	2.701	13.363
		28.502	8.341	39	13.499	2.701	53.082

<u>Ativo Intangível</u>	Tx Média Anual %	2017					Total
		Battre	RGA	SLA	São Carlos Ambiental	SBC	
Aterro e infra em aterros	-	37.890	4.907	-	9.881	-	52.678
Infraestrutura em transbordos	10	1.226	-	-	-	-	1.226
Destinação		63	-	-	-	-	63
Benfeitorias em bens de terceiros	9	192	1.087	-	56	-	1.335
Máquinas e equipamentos	10	818	1.411	35	340	-	2.604
Veículos e equipamentos	20	-	1.357	31	422	-	1.810
Intangível em andamento	-	1.163	872	-	2.520	2.642	7.197
		41.352	9.634	66	13.219	2.642	66.913

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta semestral (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Battre - Bahia Trasferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/ BA.	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo)	43.351	Anualmente, com base em fórmulas paramétricas compostas de diversos índices.	100% dos itens necessários para execução do contrato	Expansão do aterro sanitário (abertura de novas células) e renovação da frota de veículos a cada 5 anos	O contrato será estendido até a capacidade do aterro esgotar	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Houve aditivo entre as partes para cessão de direito de uso do biogás gerado no aterro por parte da contratante.

34 Demonstração dos fluxos de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa nº10.

b. Informações suplementares

Transações que não envolveram caixa:	Nota explicativa	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		2018	2018
Adições ao imobilizado		20.164	20.332
Crédito de mútuo	23 a.	17.695	17.695
		<u>37.859</u>	<u>38.027</u>

35 Eventos subsequentes

35.1 *Acordo com a Prefeitura Municipal de Canoas / Controlada Revita Engenharia S.A.*

Em janeiro de 2019, a Companhia registrou em conjunto com a Prefeitura de Canoas a escritura dos seis imóveis dados como forma de pagamento da dívida. A Companhia realizou a avaliação dos imóveis que totalizou o montante de R\$19.740.

35.2 *Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças*

Em janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo de negociação de dívidas (“Acordo”), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itau, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R\$15.795. O perfil de endividamento passou a ser o seguinte:

Principal passivo circulante: R\$37.989

Principal passivo não circulante: R\$61.921

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou o quarto aditamento ao Acordo, onde passaram a vigorar novas condições: (i) carência de 3 anos para o principal a partir de janeiro de 2019; amortização em 2 anos para dívidas sob a forma de Cédula de Crédito Bancário - CCBs e Stand By Letter of Credit – SBLCs; (ii) pagamento trimestral de juros; (iii) remuneração CDI + 2% a.a. . O valor da dívida renegociada em 28 de fevereiro de 2019, totaliza R\$99.910.

35.3 *Renovação do contrato do Consórcio Ambiental SBC (Joint Operation) com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo*

Durante o mês de março de 2019, a Prefeitura Municipal de São Bernardo em conjunto com o Consórcio Ambiental SBC mantiveram entendimentos para início de um novo contrato a partir de Abril de 2019. Desta forma, será assinado o novo compromisso de prestação em regime da Lei 8.666, pelo prazo de 5 anos.

35.4 ***Conclusão da Licitação de varrição pública da Prefeitura Municipal de São Paulo***
Conforme veiculado nas mídias, em março de 2019 foi divulgado os participantes vencedores do processo licitatório dos serviços de varrição pública da Prefeitura Municipal de São Paulo o qual era executado via contrato emergencial pela Inova. Há uma série de etapas de questionamentos e recursos a serem concluídas para a efetivação do processo, e até a conclusão da licitação, a atual situação da Inova ainda permite assinatura de outro contrato emergencial, com prazo e condições definidos pelo contratante (Amlurb).

A Administração estima que todo o processo de licitação se encerrará no segundo semestre de 2019 e por consequência a execução dos serviços de varrição pública previsto no contrato emergencial firmado com a Inova será encerrado.

* * *